



# **PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018**

*Handwritten initials and marks:*  
A  
B  
B  
B

## ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

---

AdP	Águas de Portugal
AdTA	Águas do Tejo Atlântico, S.A.
AOV	Aluguer Operacional de Viaturas
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DL	Decreto-Lei
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EE	Estação Elevatória
EG	Entidade Gestora
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
MLP	Médio e Longo Prazo
OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PEPE	Plano de Eficiência e de produção de Energia
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PMR	Prazo Médio de Recebimento
PRC	Plano de Redução de Custos
SEE	Setor Empresarial do Estado
TPPE	Trabalhos para a própria Empresa
TSU	Taxa Social Única
UV	Ultra violetas



## ÍNDICE

1. A Águas do Tejo Atlântico .....	4
1.1. Atividade da concessão atribuída à Águas do Tejo Atlântico pelo Estado Português.....	6
1.2. Estrutura organizacional .....	8
1.3. Sumário executivo .....	8
1.4. Constrangimentos e limitações .....	9
1.5. Princípios, pressupostos e linhas orientadoras.....	9
1.6. Pressupostos macroeconómicos de referência .....	10
1.7. Plano de Reestruturação .....	11
2. Instrumento previsional de gestão.....	12
2.1. Missão, Visão, Objetivos e Políticas.....	12
2.2. Orientações Estratégicas .....	14
2.3. Contratos de Gestão, Contratos-Programa e Contrato de Prestação de Serviço Público.....	18
2.4. Instrumentos de Planeamento, Execução e Controlo.....	19
2.5. Plano de Atividades para 2018 .....	20
2.6. Plano de Investimento Plurianual .....	20
2.7. Financiamento e Endividamento .....	30
2.8. Demonstrações Financeiras Previsionais .....	32
2.9. Orientações e Legislação Vigente para o Setor Empresarial do Estado .....	34
2.10. Plano de Redução de Custos (“PRC”) .....	35

### Anexos:

- Anexo I Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento
- Anexo II Fichas descritivas de investimento plurianual
- Anexo III Parecer do Órgão de Fiscalização
- Anexo IV Parecer do Revisor Oficial de Contas



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Acionista da AdTA.....	4
Figura 2 - Área Geográfica servida pela AdTA .....	5
Figura 3 - Dimensão da AdTA.....	6
Figura 4 - Organograma da AdTA.....	8
Figura 5 - Principais Indicadores da AdTA.....	9
Figura 6 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência .....	10
Figura 7 - Investimento em Capital Fixo para o período 2017-2020.....	21
Figura 8 – Investimento 2018.....	21
Figura 9 – Quadro resumo do PAI.....	27
Figura 10 – Cálculo da expressão material do investimento.....	28
Figura 11 - Fontes de Financiamento para o período 2017-2020.....	31
Figura 12 - Endividamento no período 2017-2020.....	31
Figura 13 - Taxa média de Endividamento no período 2017-2020.....	32
Figura 14 – Variação do endividamento no período 2017-2018 (artigo 146.º DLEO 2018).....	32
Figura 15 - Demonstração da Posição Financeira - Previsional .....	33
Figura 16 - Demonstração dos Resultados por Naturezas - Previsional.....	33
Figura 17 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Previsional.....	34
Figura 18 – Disponibilidades.....	34
Figura 19 - EBITDA.....	36
Figura 20 - EBITDA ajustado.....	36
Figura 21 - Rácio PRC .....	37
Figura 22 – EBIT (resultado operacional) .....	37
Figura 23 - Frota Automóvel.....	38
Figura 24 - Quadro de Pessoal.....	39
Figura 25 - Gastos com Pessoal e número de colaboradores.....	41
Figura 26 – Projeção de Gastos com Pessoal 2017.....	42
Figura 27 – Variação de Gastos com Pessoal.....	42
Figura 28 - Gastos com Pessoal.....	42
Figura 29 – Prazo médio de pagamento .....	43
Figura 30 – Prazo médio de pagamento (sem litígios).....	44
Figura 31 - Esforço Público de Financiamento para o triénio 2017-2019.....	44





## I. A Águas do Tejo Atlântico

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (“AdTA”), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 113 527 680,00 € (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

A empresa AdTA tem atualmente a seguinte estrutura acionista:

CAPITAL PRÓPRIO Acionistas	Acções A subscritas	Acções B subscritas	Acções subscritas	Capital subscrito e realizado	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912		57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921		2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856		899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003		384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542		55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735		346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998		107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253		123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244		614 244	614 244	0,54%
Lisboa	16 929 620		16 929 620	16 929 620	14,91%
Loures	8 284 708		8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinha	302 165		302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724		273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237		131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433		2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004		386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768		183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438		57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623		711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638		2 881 638	2 881 638	2,54%
Acções próprias da sociedade	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100,00%

Figura 1 - Estrutura Acionista da AdTA

Estima-se que a população residente abrangida por este sistema seja atualmente de cerca de 2,2 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, servindo os seguintes 23 municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.



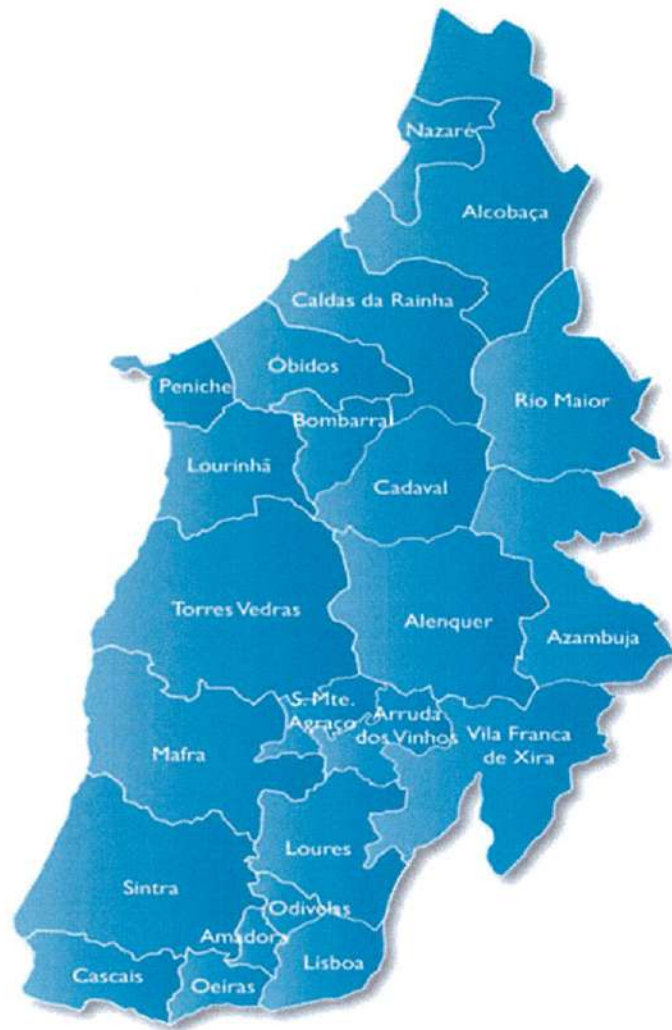


Figura 2 - Área Geográfica servida pela AdTA

Several handwritten signatures in blue ink, appearing to be official approvals or signatures of representatives.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:

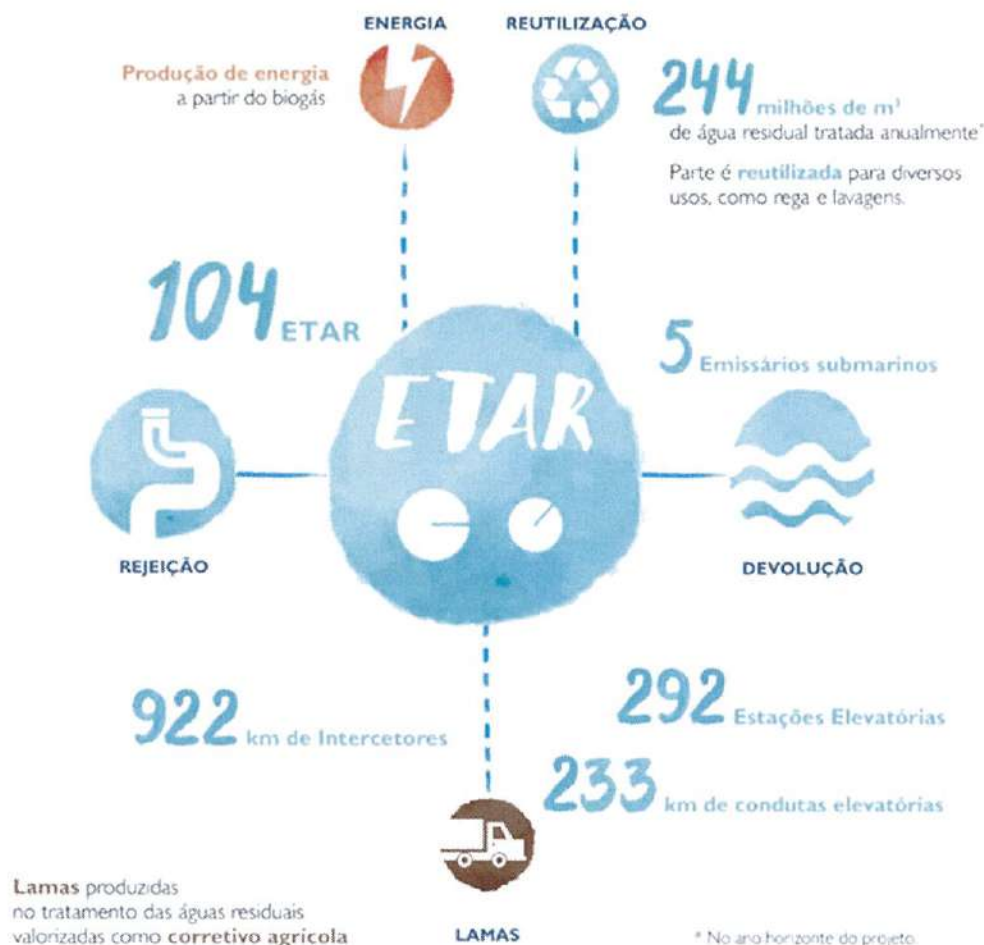


Figura 3 - Dimensão da AdTA

## I.1. ATIVIDADE DA CONCESSÃO ATRIBUÍDA À ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO PELO ESTADO PORTUGUÊS

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes



domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;

- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

#### **Oportunidades de expansão da atividade:**

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.º 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas sociedades extintas.





## 1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da Águas do Tejo Atlântico para o triénio 2017/2019 foram eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 28 de abril de 2017, após o que foi definida a estrutura organizacional da Empresa:

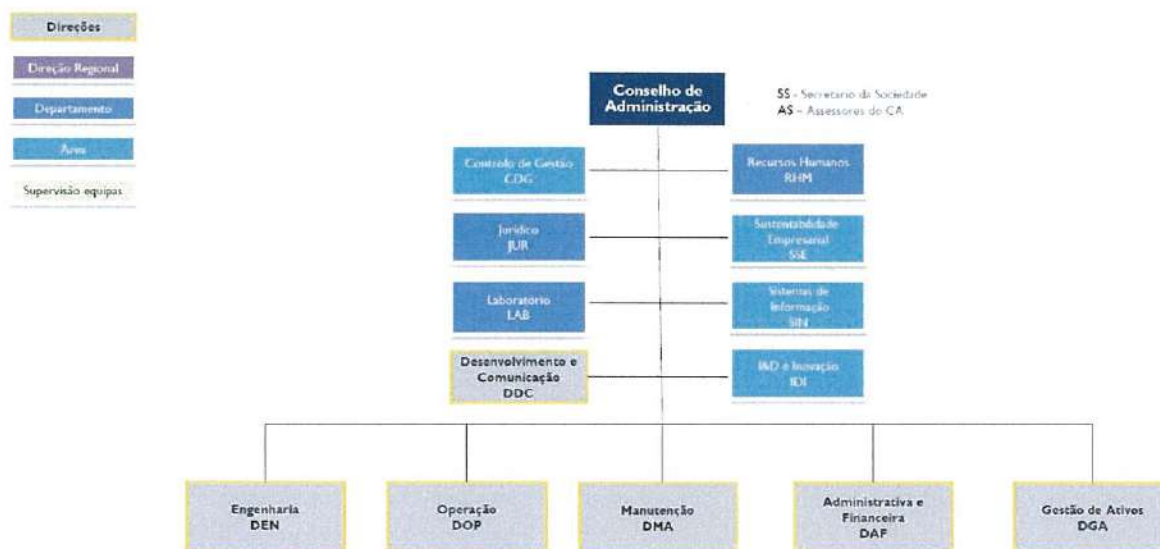


Figura 4 - Organograma da AdTA

## 1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO


A Águas do Tejo Atlântico, S.A., (“AdTA”) é uma empresa pública que integra o perímetro de consolidação do Grupo Águas de Portugal (“Grupo AdP”) e que pertence ao Setor Empresarial do Estado (“SEE”) nos termos do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Está organizada para o cumprimento da missão e objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente de:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantido o cumprimento do respetivo Contrato de Concessão;

A empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos custos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da empresa assenta, fundamentalmente em recursos próprios, em fundos da União Europeia e em financiamento do Banco Europeu de Investimentos (“BEI”). Dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinados a apoio (pontual) de tesouraria, caso seja necessário.



Na estruturação do seu financiamento, a AdTA beneficia do aval do Estado Português, via o acionista AdP SGPS.

Para o período em análise estes são os principais indicadores de atividade da AdTA:

PRINCIPAIS INDICADORES	2017	2018	2019
Volume de Atividade (milhões de m <sup>3</sup> )	192,9	192,9	192,9
População Servida (milhões de pessoas)	2,2	2,2	2,2
ETAR (N.º)	104	104	106
EE (N.º)	268	268	274

Figura 5 - Principais Indicadores da AdTA

## I.4. CONSTRANGIMENTOS E LIMITAÇÕES

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. iniciou a sua atividade de forma independente no dia 1 de julho de 2017. Até essa data e desde a sua constituição (pelo Decreto-Lei n.º 34/2017), no dia 24 de março, a gestão da empresa foi assegurada pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..

Assim, até ao dia 1 de julho de 2017, as operações do ponto de vista contabilístico foram igualmente asseguradas pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo (gerida pela EPAL), tendo os movimentos relativos ao primeiro semestre de 2017 sido alvo de cisão contabilística, que retroagiu a 1 de janeiro conforme determinado no DL da sua constituição.

Sobre a operacionalização do processo de cisão contabilística e no que respeita aos gastos do primeiro semestre, note-se que os gastos diretos (contabilizados nos subsistemas/centros operacionais) foram alocados diretamente a cada uma das três novas empresas (Águas do Tejo Atlântico, Simarsul e Águas do Vale do Tejo) – gastos tais como reagentes, energia, manutenção, pessoal, etc., os gastos comuns da área de saneamento (área de operações e manutenção) foram repartidos em função da proporção do volume de negócios de saneamento de cada empresa no total do volume de negócios de saneamento e os restantes gastos comuns e de suporte forma repartidos em função da proporção do volume de negócios cada empresa no total do volume de negócios (água e saneamento). Por este motivo os gastos de 2017, não são diretamente comparáveis com os de 2018.

## I.5. PRINCÍPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS

O presente documento constitui a proposta de Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento (PAO) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. para o exercício de 2018.





## I.6. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA

O presente documento foi desenvolvido de acordo com as orientações do Grupo AdP e com base nas instruções de Direção-Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) para a elaboração da proposta de Instrumentos Previsionais de Gestão (“IEIPG”), constantes do ofício n.º 5127 de 29 de novembro de 2017, em cumprimento com o n.º 6 do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Para além do cumprimento das referidas instruções e determinações legais a proposta de PAO 2018 visa cumprir as diversas orientações governamentais, designadamente no que respeita: i) contenção de gastos e de endividamento e ii) orientações recebidas da tutela e do acionista, em substituição dos contratos de gestão, cuja definição se aguarda para breve.

Saliente-se ainda que sendo a atividade da Águas do Tejo Atlântico regulada pela ERSAR (Entidade Reguladora de Águas e Resíduos) o presente PAO segue igualmente as recomendações emanadas por aquela entidade.

Por último, a proposta de PAO 2018 visa atender ao constante da Lei de Orçamento de Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro) e no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (“DLEO para 2018”).

Os pressupostos macroeconómicos utilizados e que se reproduzem no quadro seguinte, foram:

Descrição	2018 Orçamento
Taxa de inflação	1,40%
Taxa de inflação RH (prevista no EVEF)	2,43%
Taxa de inflação energia	6,48%
Taxa de IVA (vendas)	6%
Taxa de IVA (prestação de serviços e venda de energia)	6%
Taxa de IVA (suportado)	23%
Prazo médio de recebimentos (prestação de serviços)	76
Prazo médio de pagamentos (fornecedores correntes)	30
Prazo médio de pagamentos (fornecedores não correntes)	60
Prazo médio de recebimentos (IVA)	120
Prazo médio de pagamentos (IVA)	60
Rotação de <i>stocks</i>	30
Taxa de IRC	21,00%
Taxa de derrama	1,50%
Derrama Estadual > € 1,5 M <= € 7,5 M	3,50%
Derrama Estadual > € 7,5 M <= € 35 M	6,50%
Taxa de remuneração do capital acionista	6,10%
Taxa de remuneração do dividendo em dívida	3,10%

Figura 6 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência

Do ponto de vista contabilístico e fiscal, os efeitos da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo são reportados a 1 de janeiro de 2017 e as operações efetuadas pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., com referência à exploração e gestão do sistema



Tejo Atlântico | PAO 2018 | Pág. 10/53

entre 1 de janeiro de 2017 e a data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, são consideradas como efetuadas por conta da sociedade, reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2017.

## 1.7. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

O Grupo AdP tem sido objeto, nos últimos anos, de um processo continuado de alterações estruturais e organizacionais que registou em 2015, com a agregação de 15 sistemas Multimunicipais em apenas 3 sistemas - Centro Litoral, Norte de Portugal e Lisboa e Vale do Tejo, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 92/2015, n.º 93/2015 e n.º 94/2015, de 29 de maio de 2015, que entraram em vigor a 1 de junho de 2015 e tendo produzido efeitos retroativos a 1 de janeiro daquele ano. Esta operação de agregação representou uma profunda alteração na operação e nas estruturas das empresas e exigiu um vastíssimo conjunto de alterações.

O Programa do XXI Governo Constitucional preconiza a reversão das agregações realizadas pelo anterior Governo. Para isso, e partindo do enquadramento jurídico existente, o Governo considera que a melhor solução passa pela concretização de cisões nos referidos sistemas multimunicipais e na criação de novas entidades gestoras.

Assim através do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, é clarificada essa mesma intenção, referindo-se que a criação de sistemas multimunicipais pode ser efetuada mediante cisão, tanto dos referidos sistemas multimunicipais, como das entidades gestoras resultantes das agregações.

Através do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 60 — 24 de março de 2017, a folhas 1586 e seguintes, é criado o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, é constituída a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S. A. e é feita a atribuição à Águas do Tejo Atlântico, S. A., da concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

A existência de um plano de reestruturação, reiniciado em 2016 reflete efeitos operacionais já no ano de 2017, diretamente aplicável ao universo e âmbito do Grupo AdP, onde se inclui a AdTA.





## 2. Instrumento previsional de gestão

### 2.1. MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

#### Missão

A Águas do Tejo Atlântico tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

#### Visão

Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa.

#### Objetivos

No decurso da sua atividade de exploração e gestão do referido sistema, a AdTA tem como objetivos a garantia da qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuindo para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

#### Políticas

A AdTA, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de saneamento de águas residuais e para a concretização das metas nacionais estabelecidas para o setor, coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os acionistas, clientes, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.



Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

Neste contexto, a AdTA aplica uma estratégia de negócio assente nos seguintes princípios:

- Satisfação do cliente

Manter o foco na satisfação do cliente, antecipando e correspondendo às suas necessidades e expectativas, e estabelecer parcerias com vista à melhoria do serviço prestado;

- Motivação dos Colaboradores

Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, formação e melhoria das condições de trabalho, garantindo a igualdade de género e fomentando o envolvimento, comprometimento com a eficácia do sistema de gestão, a responsabilidade individual e criatividade; Respeitar a liberdade de associação, de representação e a igualdade de oportunidades na relação com os colaboradores, recusando todas as formas de discriminação, o trabalho infantil ou trabalho forçado, e assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe estes valores;

- Eficiência dos processos

Assegurar a otimização dos processos procurando garantir a eficiência, qualidade do serviço e a fiabilidade, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a minimização dos impactos ambientais e riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição, dos acidentes, das lesões, dos ferimentos, e dos danos para a saúde dos colaboradores, ou outros que trabalhem em nome ou ao serviço da AdTA, e da comunidade envolvente;

Promover o conceito do pensamento baseado no risco e da tomada de decisões baseadas em evidências, no planeamento e gestão dos processos;

Respeitar integralmente todos os requisitos da legislação aplicável, das normas ISO9001, ISO14001, OHSAS18001 e SA8000, e outros que a AdTA subscreva;

- Melhoria Contínua e Inovação

Apostar na aprendizagem permanente e no aprofundamento do conhecimento, como forma de assegurar a investigação, o desenvolvimento e a inovação, imprescindíveis à melhoria contínua do Sistema de Gestão;





- Transparência e Comunicação

Adotar uma postura de transparência partilhando, com as partes interessadas, a política empresarial, os objetivos estabelecidos e o desempenho atingido nas diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável-económica, social e ambiental.

## 2.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas. Os objetivos do Grupo AdP são assim determinados pelas políticas governamentais para o setor empresarial do Estado, em geral, e para o sector de atividade das empresas do Grupo AdP, em particular, através de orientações estratégicas emanadas através de despachos ministeriais e por deliberação dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas do Grupo.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2017/2019 dos administradores da AdTA encontram-se dependentes da prévia fixação das orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas que vierem a ser fixadas para o Conselho de Administração da AdP SGPS, por despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Secretário de Estado do Ambiente, em linha com o Programa do XXI Governo Constitucional aprovado em Assembleia da República.

A AdTA enquanto instrumento empresarial assume a responsabilidade pelas seguintes linhas de atuação estratégica:

- Assegurar a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudential gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- Promover a racionalização dos investimentos necessários ao desenvolvimento da sua missão, com enfoque na implementação de novas infraestruturas e na operação e manutenção das já existentes;
- Dar continuidade a outros projetos que venham a ser considerados relevantes, de acordo com orientações expressas pela tutela sectorial;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável, pela via da maximização do ponto de vista do aproveitamento dos recursos endógenos disponibilizados no Grupo AdP e através de soluções que promovam a eficiência no Grupo AdP.



Para além das orientações definidas pelo acionista, o Conselho de Administração deve assegurar que a empresa (sem prejuízo da sua autonomia de gestão) persiga:

- A sua missão em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- A responsabilidade social, promovendo na sua atuação em objetivos sociais e ambientais, o respeito por princípios empresariais éticos, a competitividade no mercado, a proteção dos clientes / consumidores e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica e financeira, social e ambiental;
- O desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, promovendo a proteção do ambiente e a utilização eficiente dos recursos hídricos;
- A adoção de metodologias que permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado, promovendo o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço prestado, e o grau de satisfação dos clientes;
- Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o investimento na valorização profissional e pessoal e que estimulem o fortalecimento da motivação e do aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implemente políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica e financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito.

Adotaram e adotarão princípios de gestão com base nos seguintes princípios:

- Implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;





- Adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado;
- Desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética.

### Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Tejo Atlântico, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
  - Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
  - Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
  - Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento;
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
  - Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
  - Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
  - Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais;
- Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
  - Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;



- Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
- Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
- Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001;
- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural;
- Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
  - Definição da política de gestão de infraestruturas,
  - Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
  - Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
  - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
  - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
  - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro;
- Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais,
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

### Objetivos de gestão

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas e apresentadas anteriormente, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato. As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2017 / 2020, para a Águas do Tejo Atlântico, foram apreciadas e aprovadas em Assembleia Geral de acionistas realizada em 4 de agosto de 2017, pelo que os gestores da AdTA irão pautar a sua atuação no respeito pelas principais linhas de orientação transmitidas pelo acionista, designadamente para que numa lógica de sustentabilidade económica, social e ambiental.





Os objetivos de gestão são os seguintes:

- Plano de redução de custos (limitar o aumento dos gastos operacionais face ao volume de negócios);
- Diminuição do endividamento bancário;
- Diminuir a dívida comercial vencida de devedores municipais;
- Não aumentar o PMR e o PMP (tesouraria de exploração);
- Rentabilidade (do capital investido);
- Qualidade da água residual;
- Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia (certificação de qualidade norma ISO 50.001);
- Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos (certificação de qualidade norma ISO 55.001);
- Indicador PEPE (Plano de Eficiência e de Produção de Energia);
- Cumprimento dos prazos de reporte.

### 2.3. CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Administração da AdTA não tem celebrado qualquer contrato de gestão com o acionista e/ou o Estado.

A AdTA não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica administrativa seja titulada por Contrato de Concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral.

Apesar da AdTA ser uma empresa pública, não lhe foi confiada qualquer prestação de serviço público ou serviço de interesse geral e não apresentou, ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade, qualquer proposta de contratualização da prestação desse serviço público ou de interesse geral.



## 2.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a AdTA virá a dispor de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

- Plano Anual de Investimentos (PAI):

O PAI será elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa prevê realizar para esse período, tendo por base, fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimentos é controlada rigorosamente, por meio do sistema SAP ERP, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

- Orçamento Anual:

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados a justificação dos desvios supervenientes perante o CA.

- Controlo:

A avaliação da execução do PAI e do Orçamento Anual é feita mensalmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais será feita anualmente pelo acionista maioritário (Grupo AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, que serão disponibilizados publicamente no site da Empresa.

- Relatórios de Acompanhamento:





Trimestralmente serão produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais será feita anualmente pelo acionista maioritário (Grupo AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, que serão disponibilizados publicamente no site da Empresa.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços será monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

## 2.5. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2018

Tal como referido anteriormente, a Águas do Tejo Atlântico, foi constituída por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, através do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo o Contrato de Concessão sido assinado em 28 de abril de 2017. Utilizando uma prerrogativa prevista no referido diploma legal, até 30 de junho de 2017, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi gerida pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, iniciando a sua atividade de forma independente em 1 de julho de 2017.

No segundo semestre de 2017 a empresa focou-se:

- Na consolidação da nova reorganização funcional resultante da nova estrutura orgânica;
- Na otimização dos recursos alocados à atividade;
- Na racionalização dos gastos com a operação e a manutenção sem por em causa a qualidade do serviço;
- Na eficiência energética;
- Na excelência da relação com os Municípios;
- Na estabilização das regras de faturação;
- Na formação e melhoria contínua dos recursos humanos;
- Na garantia da qualidade, da continuidade e da eficiência dos serviços públicos de águas.

## 2.6. PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da AdTA, atendendo não só ao necessário, porém avultado Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do EVEF (Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, Anexo III do Contrato de Concessão) da AdTA.



O Contrato de Concessão da AdTA estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de 197,7 MEur. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de, cerca de 89,1 MEur.

Para além dos investimentos de substituição/renovação/reabilitação, o imobilizado da empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção, cujos valores serão apresentados adiante.

Investimento	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção
Investimento do período (previsto no EVEF)	16 861 350	12 215 747	17 600 396	25 124 773
Investimento do período	3 187 081	17 552 940	17 600 396	25 124 773

Figura 7 - Investimento em Capital Fixo para o período 2017-2020

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2018 é de 17,5 milhões de euros. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos por grandes rubricas:

Investimento	31.12.2018 Orçamento
Empreitadas	13 976 131
Estudos e projetos	1 279 609
Terrenos	900 974
Fiscalizações	504 252
Assessorias	149 867
Outros	742 107
	<b>17 552 940</b>

Figura 8 – Investimento 2018

No ano de 2018 será realizado um conjunto de investimentos, associados a necessidades operacionais correntes da empresa. Apresenta-se de seguida, sucintamente, os principais investimentos a realizar em 2018:

### Estudos e projetos:

Subsistema de Alcântara:

- Estudo de Aproveitamento e Adaptação de Áreas Disponíveis na ETAR de Alcântara
- Reabilitação e Automatização da Desodorização da ETAR de Alcântara
- Reparações e beneficiações para melhoria da eficiência energética da ETAR de Alcântara
- Beneficiação da segurança e acessibilidades nas estações elevatórias de Alcântara
- Beneficiação do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Alcântara - Linha B





- Estudo da Mini-Hídrica do Caneiro de Alcântara (Alcântara - ligação a Amadora / Benfica-Fase I-Bacia de Antipoluição)
- Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara - restantes intervenções
- Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - restantes intervenções

Subsistema de Beirolas:

- Emissário Quinta das Pretas - Fase II
- Beneficiação do sistema de desinfecção da ETAR de Beirolas
- Ampliação do sistema de ventilação e controlo de cheiros da obra de entrada da ETAR de Beirolas

Subsistema de Beirolas / Chelas / São João da Talha:

- Substituição e Benfeitorias nos Flotadores e Espessadores da ETAR de Beirolas, ETAR de Chelas e ETAR de São João da Talha

Subsistema do Carvalhal:

- Emissários gravíticos e ETAR do subsistema do Carvalhal

Subsistema de Chelas:

- Reabilitação dos filtros de areia da ETAR de Chelas - 4 filtros
- Reparação de coberturas metálicas na ETAR de Chelas e do circuito de lamas da ETAR de Chelas
- Beneficiação/Reparação de construção civil e do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Chelas
- Substituição das coberturas dos edifícios dos desarenadores e decantadores primários da ETAR de Chelas
- Reabilitação de equipamento mecânico e eletromecânico na ETAR de Chelas

Subsistema de Chelas/Beirolas:

- Substituição de gasómetros das ETAR de Chelas e Beirolas

Subsistema de Chelas / Frielas / Vila Franca de Xira:

- Intervenções em circuitos de biogás nas ETAR de Chelas, Frielas e Vila Franca de Xira

Subsistema da Costa do Estoril:

- Reabilitação do emissário das Marianas entre a bacia de retenção de cheias de Tires e a travessia sob a A5
- Reabilitação de câmaras de visita do emissário do Jamor
- Reabilitação de caixa de visita do Intercetor
- Reabilitação do emissário de Barcarena no troço situado a montante do jardim do Cacém
- Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre a travessia do IC19 e o Intercetor

Subsistema da Ericeira/Alverca:

- Equipamento para receção de limpa fossas - Ericeira e Alverca

Subsistema de Frielas:

- Emissário de Montemor
- Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Frielas
- Remodelação Emissário de Famões
- ETAR Frielas - Afiinação

Subsistemas do Paço:

- Construção - EE Reguengo Pequeno e EE Pena Seca e Conção/Construção Sistema de Saneamento de Paço (III)

Subsistemas de São João da Ribeira:

- Ampliação do Sistema de Saneamento de São João da Ribeira (EE e CE de Azambujeira)

Subsistema de São João da Talha:

- Beneficiação/Reparação de construção civil na ETAR de S. João da Talha
- Remodelação do sistema de arejamento da ETAR de S. João da Talha

Subsistema de Vale da Borra:

- Construção da ETAR de Vale da Borra

Subsistema de Vale de Paredes:

- Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes

Subsistemas AdTA - Investimentos Transversais à Concessão:



- Estudo de Alternativas para o Tratamento e Destino Final de Lamas (Secagem Térmica, Hidrólise de Lamas, Secagem Térmica ETAR da Guia)
- Estudo de Beneficiação da Qualidade da Água para Reutilização
- Estudos de Erradicação de Descargas
- Estudo de Controlo de Caudais Pluviais
- Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes
- Reabilitação de Emissários e Intercetores na área de Concessão
- Reparações de Serralharias várias em Estações Elevatórias e ETAR
- Reparações de Poços em várias Estações Elevatórias
- Reparações de Tanques em várias ETAR
- Sistema de telegestão para as ETAR e EE de Zonas Críticas
- Telegestão - Fase II

### Empreitadas:

#### Subsistema de Alcântara:

- Intercetor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2
- Aproveitamento de água subterrânea dos furos de captação para diluição dos floculantes da ETAR de Alcântara
- Reabilitação e Automatização da Desodorização da ETAR de Alcântara
- Construção de *by-pass* ao poço de grossos da CE da EE3 - Alcântara
- Reparações e beneficiações para melhoria da eficiência energética da ETAR de Alcântara
- Construção de espaços de armazenamento, arquivo e parque exterior da ETAR de Alcântara
- Empreitada de Reparações de Construção Civil nos Multiflo da ETAR de Alcântara (obra abrigo garantia)

#### Subsistema de Alcântara/Chelas:

- Empreitada de Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas - Fase I

#### Subsistema de Alcântara/Chelas/Beirolas:

- Empreitada de Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas

#### Subsistema de Alcoentre:

- Intercetor de Casais de Boiças



Subsistemas de Arruda dos Vinhos/Fervença /Santa Cruz / Silveira:

- Conceção/Construção da Remodelação das ETAR de Arruda dos Vinhos, Silveira e Fervença

Subsistema de Atouguia da Baleia/Ericeira/Santa Cruz Silveira e Vale Paredes:

- Benfeitorias da ETAR da Ericeira, Execução da EE Pedra do Ouro II e Arranjos Exteriores da ETAR da Atouguia da Baleia e EE de Santa Cruz III

Subsistema de Beirolas:

- Remodelação dos intercetores de Camarate, Apelação e Unhos
- Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I
- Emissário Quinta das Pretas - Fase II

Subsistema de Beirolas / Chelas / São João da Talha:

- Empreitada de Substituição e Benfeitorias nos Flotadores e Espessadores da ETAR de Beirolas, ETAR de Chelas e ETAR de São João da Talha.

Subsistema de Bucelas:

- Construção do Emissário de A-do-Baço

Subsistema de Chelas:

- Reabilitação dos filtros de areia da ETAR de Chelas

Subsistema de Chelas / Frielas:

- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo “bolha fina” para as ETAR de Chelas e Frielas - Fase II

Subsistema da Costa do Estoril:

- Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Intercetor (cx. CS0160.00 a CS1020.00)
- Fornecimento e instalação de equipamentos de medição de caudal para o sistema de medição e telemetria de caudais da SANEST - Lote 1
- Fornecimento e instalação de equipamentos de medição de caudal para o sistema de medição e telemetria de caudais da SANEST - Lote 2





- Fornecimento e instalação de equipamentos de medição de caudal para o sistema de medição e telemetria de caudais da SANEST - Lote 3
- Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx. CP0010.00 a CP1630.00)
- Reabilitação das Claraboias da ETAR da Guia
- Substituição de equipamento na ETAR – Guia
- Execução do Ramal de Alimentação do Pré-Tratamento – Projeto de Redução de Consumos de Energia – ETAR da Guia

Subsistema de Dois Portos:

- Construção do SE Ribaldeira

Subsistema da Ericeira:

- Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira - Fase II

Subsistema da Foz do Lizandro:

- Construção da estação elevatória da Carvoeira - Fase II
- Integração da supervisão do subsistema da Foz do Lizandro na supervisão de Mafra

Subsistema da Maceira:

- Remodelação ETAR de Maceira

Subsistema de Miragaia:

- Remodelação ETAR Miragaia

Subsistema do Paço:

- Construção - EE Reguengo Pequeno
- Construção - EE Pena Seca

Subsistema de Rio Maior:

- Espessador de Rio Maior

Subsistema de Vila Franca de Xira:

- Construção da Estação Elevatória do Bairro Atral-Cipan



- Instalação de cabo de fibra ótica entre EE da Verdelha e a EE da Icesa e conversão das comunicações das EE de Vila Fraca de Xira

Subsistema de Vila Nova de São Pedro:

- Sistema de Saneamento de Vila Nova de S. Pedro - II Fase

Subsistemas AdTA - Investimentos Transversais à Concessão:

- Reparações de Tampas em várias Estações Elevatórias e ETAR
- Empreitada de Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes
- Empreitada de Reabilitação de Pavimentos
- Empreitada de Substituição e Benfeitorias em Equipamentos na área de Concessão
- Empreitada de Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da Área de Concessão
- Empreitada de Reabilitação de Emissários e Intercetores na área de Concessão
- Empreitada de Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase I
- Empreitada de Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 2
- Empreitada de execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2017/ 2018
- Reparações de Tanques em várias ETAR
- Reparações de Serralharias várias em Estações Elevatórias e ETAR
- Reparações de Poços em várias Estações Elevatórias

Investimento (em milhares de Euros)	Ano de início	Realização 2018	Realização 2019	Realização 2020	Realiz após 2020	Valor global previsto
Beneficiação da ETAR de Beirolas	2018	522	4377	445	-	5344
Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2018	2223	1127	-	-	3350
Reabilitação do emissário de Caparide	2018	1250	1000	-	-	2250
Correção/construção da remodelação da ETAR de Arrudas dos Vinho, Silveira e Ferveça	2018	385	690	402	-	1477
Emissários gravíticos e sistemas elevatórios da Ericeira (fase II)	2018	452	703	-	-	1155
Emreitada de fornecimento e montagem de tamisadores (Alcantara, Chelas e Beirolas)	2018	606	504	-	-	1110
Outros de valor inferior a 1 M Eur	2018	-	-	-	-	2867
		<b>5 438</b>	<b>8 401</b>	<b>847</b>	<b>0</b>	<b>17 553</b>

Investimento (em milhares de Euros)	Valor global previsto	Auto-financiamento	Investim. relevante	Previsto no EVEF
Beneficiação da ETAR de Beirolas	5344	100%	Sim	Sim
Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	3350	100%	não	Sim
Reabilitação do emissário de Caparide	2250	100%	não	Sim
Correção/construção da remodelação da ETAR de Arrudas dos Vinho, Silveira e Ferveça	1477	100%	não	Sim
Emissários gravíticos e sistemas elevatórios da Ericeira (fase II)	1155	100%	não	Sim
Emreitada de fornecimento e montagem de tamisadores (Alcantara, Chelas e Beirolas)	1110	100%	não	Sim
Outros de valor inferior a 1 M Eur	2867	100%	não	Sim

Figura 9 – Quadro resumo do PAI





### Investimentos com expressão material (igual ou superior a 10 MEur ou a 10% do orçamento – 5,9 MEur):

Conforme expresso no anexo I ao presente documento o maior investimento previsto, no montante de 6 milhões de euros, corresponde à beneficiação da ETAR de Beirolas – Fase I. O financiamento da empreitada em causa será efetivado com recursos próprios. Note-se que a AdTA apresenta disponibilidades no montante aproximado de 70 milhões de euros (ver figura 10).

Investimento (artigo 146.º DLEO 2018)	31.12.2018 Orçamento
Investimento	17 552 940
CMVMC	2 552 814
FSE	27 612 034
Gastos com pessoal	10 866 882
Outros gastos operacionais	767 916
	<b>59 352 586</b>
<b>10% do valor</b>	<b>5 935 259</b>

Figura 10 – Cálculo da expressão material do investimento

### Beneficiação da ETAR de Beirolas

#### Memória descritiva:

No que respeita à empreitada de Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I apresenta-se com maior detalhe as intervenções a realizar na ETAR existente:

#### Tratamento preliminar:

- # Construção de poço de grossos;
- # Execução/adaptação de canais para gradagem grosseira;
- # Pré-tratamento de caudal em tempo húmido por tamisação horizontal;
- # Demolição de parte da obra de entrada existente e execução de edifício de tratamento preliminar;
- # Substituição da cobertura e painéis laterais;
- # Demolição do edifício do classificador de areias e concentrador de gorduras e execução de nova etapa de classificação/lavagem de areias e concentração de gorduras em edifício fechado;

#### Decantação Primária:

- # Decantadores primários – prevê-se a cobertura e desodorização dos decantadores primários existentes e a adição de coagulante na saída dos desarenadores/desengorduradores;

#### Tratamento físico-químico:

- # Construção de nova Linha de Tratamento físico-químico;
- # Armazenamento e Dosagem de Cloreto Férrico;

#### Equalização:

- # Reforço do sistema de bombagem do Tanque de Equalização;



**Tratamento de lamas:**

# Reforço da desidratação de lamas - prevê-se a instalação de uma terceira centrífuga e o fornecimento e montagem de um parafuso transportador de lamas e de bomba de lamas desidratadas, para reforço da etapa de desidratação das lamas da ETAR (primárias, biológicas e físico-químicas);

**Desodorização:**

# Sistemas de Desodorização da Obra de Entrada e Decantadores Primários - prevê-se a substituição/ampliação do sistema de desodorização existente.

**Objetivos a atingir:**

Em face das condições de afluência à ETAR de Beirolas é necessário adaptar a ETAR ao comportamento do sistema unitário afluente e aumentar a fiabilidade da capacidade de tratamento em tempo seco.

É também necessário aumentar a capacidade de desodorização para os órgãos da linha líquida.

A empreitada de Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I tem assim como principais objetivos:

- Reforço do tratamento preliminar de caudais, aumentando a capacidade de tratamento e criando etapas que conferem robustez ao processo;
- Criação de uma nova linha de tratamento para receber caudais de tempo húmido, que atualmente não são tratados;
- Aumento da capacidade de elevação de caudais ao tratamento secundário;
- Reforço da capacidade de tratamento de lamas;
- Cobertura dos principais órgãos produtores de odores, atualmente descobertos, minimizando os incómodos para as populações vizinhas, nomeadamente o tratamento preliminar e os decantadores primários;
- Reforço da unidade de desodorização.

Este investimento está previsto no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro da Águas do Tejo Atlântico e já obteve visto favorável do Tribunal de Contas:

Valor previsto do investimento:	6 000 000 €
Valor da adjudicação:	5 344 000 €
Natureza:	Reabilitação/remodelação/substituição
Início previsto:	Setembro de 2018
Conclusão prevista:	Novembro de 2020
Execução prevista em 2018:	522 000 €
Execução prevista em 2019:	4 376 762 €
Execução prevista em 2020:	445 238 €





**Financiamento:**

O financiamento da empreitada é feito com recurso a fundos próprios (não é expectável que a execução deste investimento tenha impacto no endividamento).

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estrito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se pois assegurada nos próprios contratos de concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus”, permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Nos contratos de concessão são considerados os encargos a recuperar por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

De referir ainda que a Águas do Tejo Atlântico são ambientalmente e economicamente reguladas, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), respetivamente.

## 2.7. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estrutura de financiamento da Empresa, considerando o recurso às fontes de financiamento assinaladas, para além do autofinanciamento é a seguinte:

- O Capital Social, que ascende a 113,5 MEur;
- A participação total de fundos comunitários (subsídios ao investimento);
- Empréstimos BEI.



No que respeita ao período em análise (2017-2020), identificam-se de seguida as fontes de financiamento:

Fontes de financiamento	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Variação % 2018 vs 2017
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos BEI	231 140 397	223 416 984	213 299 787	201 678 631	-3%
Subsídios ao investimento	139 510 691	133 971 981	132 587 303	131 202 625	-4%
	<b>370 651 089</b>	<b>357 388 965</b>	<b>345 887 090</b>	<b>332 881 256</b>	<b>-4%</b>
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos BEI	8 149 110	9 150 287	10 117 197	11 621 156	12%
	<b>8 149 110</b>	<b>9 150 287</b>	<b>10 117 197</b>	<b>11 621 156</b>	<b>12%</b>
<b>Total de financiamentos</b>	<b>378 800 199</b>	<b>366 539 251</b>	<b>356 004 287</b>	<b>344 502 412</b>	<b>-3%</b>

Figura 11 - Fontes de Financiamento para o período 2017-2020

Apesar de a AdTA apresentar e projetar uma estrutura de endividamento sem recurso à banca comercial ou apoio acionista, a sua atividade está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão de riscos do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes de imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada pela *holding* do Grupo.

A AdTA prevê diminuir o seu endividamento bruto em aproximadamente 3% em resultado das amortizações previstas para o financiamento contratualizado junto do Banco Europeu de Investimento.

Deste modo a Águas do Tejo Atlântico cumpre com os limites de endividamento impostos pela Lei para as empresas públicas.

A AdTA não prevê o recurso à contratação de financiamentos bancários junto da banca comercial para os próximos anos.

Apresenta-se de seguida a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Variação % 2018 vs 2017
Empréstimos BEI (não correntes)	231 140 397	223 416 984	213 299 787	201 678 631	-3%
Empréstimos BEI (correntes)	8 149 110	9 150 287	10 117 197	11 621 156	12%
<b>Endividamento bruto</b>	<b>239 289 507</b>	<b>232 567 271</b>	<b>223 416 984</b>	<b>213 299 787</b>	<b>-3%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	10 870 822	11 626 612	27 101 271	54 590 179	7%
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	57 000 000	60 000 000	50 000 000	20 000 000	5%
<b>Total disponibilidades</b>	<b>67 870 822</b>	<b>71 626 612</b>	<b>77 101 271</b>	<b>74 590 179</b>	<b>6%</b>
<b>Endividamento líquido</b>	<b>171 418 685</b>	<b>160 940 659</b>	<b>146 315 713</b>	<b>138 709 608</b>	<b>-6%</b>
Varição do endividamento bruto	-	-3%	-4%	-5%	
Varição do endividamento líquido	-	-6%	-9%	-5%	

Figura 12 - Endividamento no período 2017-2020





Taxa média de financiamento	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Varição % 2018 vs 2017
Endividamento bruto	239 289 507	232 567 271	223 416 984	213 299 787	-3%
Gastos financeiros	9 766 285	8 236 659	8 376 682	8 527 462	-16%
<b>Taxa média de financiamento</b>	<b>4,08%</b>	<b>3,54%</b>	<b>3,75%</b>	<b>4,00%</b>	<b>-13%</b>

Figura 13 - Taxa média de Endividamento no período 2017-2020

### Cálculo da variação do endividamento conforme n.º 4 do artigo 146.º do DLEO 2018

Endividamento (conforme artigo 146.º, n.º4, DLEO 2018)	31.12.2018 Orçamento
Financiamento remunerado (n)	232 567 271
Financiamento remunerado (n-1)	239 289 507
Capital social realizado (n)	113 527 680
Capital social realizado (n-1)	113 527 680
Investimentos do ano (relevantes)	6 000 000
<b>Endividamento (conforme artigo 146.º, n.º4, DLEO 2018)</b>	<b>-4%</b>

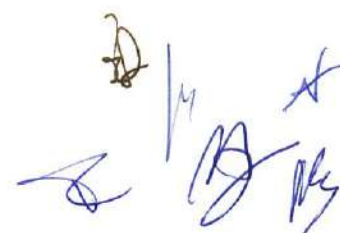
Figura 14 – Variação do endividamento no período 2017-2018 (artigo 146.º DLEO 2018)

Não está prevista a contratualização de novos financiamentos no horizonte do Plano de Atividades e Orçamento apresentado no presente documento.

## 2.8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Tal como referido antes, a Águas do Tejo Atlântico foi criada em 24 de março de 2017 (pelo Decreto-Lei n.º 34/2017). Até 30 de junho de 2017, a Águas do Tejo Atlântico, utilizando uma prerrogativa legal, mantém-se na esfera da Águas de Vale do Tejo, iniciando de forma independente as suas operações em 1 de julho de 2017.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e de acordo com a estrutura conceptual (“*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*”), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e normas interpretativas (“SIC/IFRIC”), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2017.



## Demonstração da Posição Financeira – Previsional

BALANÇO	31.12.2017 real	31.03.2018 orçamento	30.06.2018 orçamento	30.09.2018 orçamento	31.12.2018 orçamento	31.12.2019 projeção	31.12.2020 projeção
<b>Ativos não correntes</b>							
Ativos intangíveis	463 954 379	460 833 406	459 720 482	458 051 036	458 851 285	456 638 577	461 053 411
Ativos fixos tangíveis	202 605	191 545	186 015	181 868	177 720	173 573	169 426
Investimentos financeiros	11 288 623	11 288 911	11 288 911	11 288 911	11 288 911	11 288 911	11 288 911
Impostos diferidos ativos	54 547 156	54 634 584	54 722 011	54 809 438	54 896 866	54 984 293	55 071 720
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	40 975 913	37 062 493	33 149 073	29 235 653	28 322 233	15 453 441	0
Clientes e outros ativos não correntes	1 932 198	1 849 084	1 793 611	1 739 803	1 687 609	1 636 980	1 587 871
<b>Total dos ativos não correntes</b>	<b>572 900 874</b>	<b>565 860 023</b>	<b>560 860 104</b>	<b>555 306 769</b>	<b>555 224 624</b>	<b>540 175 776</b>	<b>529 171 339</b>
<b>Ativos correntes</b>							
Inventários	516 327	597 929	597 929	597 929	597 929	597 929	597 929
Clientes	22 205 781	21 171 122	20 535 988	19 919 909	19 322 311	18 742 642	18 180 363
Estado e outros entes públicos	374 851	200 796	200 796	200 796	200 796	200 796	374 851
Outros ativos correntes	3 127 240	3 013 493	3 013 493	3 013 493	3 127 240	3 127 240	3 127 240
Apoio de tesouraria a AdP SGPS	57 000 000	30 500 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	50 000 000	20 000 000
Caixa e seus equivalentes	10 870 822	46 047 011	9 127 029	14 371 328	11 626 612	27 101 271	54 590 179
<b>Total dos ativos correntes</b>	<b>94 095 022</b>	<b>101 530 352</b>	<b>93 475 236</b>	<b>98 103 455</b>	<b>94 874 889</b>	<b>99 769 879</b>	<b>96 870 562</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>666 995 896</b>	<b>667 390 374</b>	<b>654 335 340</b>	<b>653 410 224</b>	<b>650 099 513</b>	<b>639 945 654</b>	<b>626 041 901</b>
<b>Capital próprio dos acionistas majoritários</b>							
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Ações Próprias	(6 458 431)	(6 458 431)	(6 458 431)	(6 458 431)	(6 458 431)	(6 458 431)	(6 458 431)
Reservas e outros ajustamentos	-	343 989	343 989	343 989	343 989	629 928	935 007
Resultados transitados	-	371 812	371 812	371 812	371 812	371 812	371 812
Resultado do líquido do exercício	6 879 777	1 368 761	2 737 522	4 106 283	5 718 771	6 101 585	5 942 297
<b>Total do capital próprio</b>	<b>113 949 026</b>	<b>109 153 811</b>	<b>110 522 572</b>	<b>111 891 333</b>	<b>113 503 821</b>	<b>114 172 573</b>	<b>114 318 364</b>
<b>Passivos não correntes</b>							
Provisões	16 218	16 218	16 218	16 218	16 218	-	-
Empréstimos	231 140 397	229 784 783	227 011 783	225 238 783	223 416 984	213 299 787	201 678 631
Impostos diferidos passivos	30 161 646	28 915 774	27 669 903	26 424 031	25 178 159	23 932 288	22 686 416
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	-	-	-	-	-	-	(2 353 010)
Acréscimos de custos do investimento contábil	122 423 180	123 462 038	124 500 895	125 539 752	126 578 609	127 617 467	128 656 324
Subsídios ao investimento e outros	139 510 691	138 126 014	136 741 336	135 356 658	133 971 981	132 587 303	131 202 625
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>523 252 133</b>	<b>520 304 827</b>	<b>515 940 135</b>	<b>512 575 443</b>	<b>509 161 952</b>	<b>497 436 844</b>	<b>481 870 986</b>
<b>Passivos correntes</b>							
Empréstimos	8 149 110	8 413 940	8 149 110	8 413 940	9 150 287	10 117 197	11 621 156
Fornecedores	7 044 204	6 697 508	6 870 857	6 784 182	6 827 520	6 905 851	6 816 685
Outros passivos correntes	6 257 277	14 554 809	5 322 670	6 215 330	3 190 455	1 598 078	1 599 599
Imposto sobre o rendimento do exercício	5 270 905	6 741 870	6 006 388	6 006 388	6 741 870	6 741 870	6 741 870
Estado e outros entes públicos	3 073 240	1 523 609	1 523 609	1 523 609	1 523 609	3 073 240	3 073 240
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>29 794 736</b>	<b>37 931 736</b>	<b>27 872 633</b>	<b>28 943 448</b>	<b>27 433 741</b>	<b>28 336 237</b>	<b>29 852 550</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>553 046 870</b>	<b>558 236 563</b>	<b>543 812 768</b>	<b>541 518 891</b>	<b>536 595 693</b>	<b>525 773 081</b>	<b>511 723 537</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>666 995 896</b>	<b>667 390 374</b>	<b>654 335 340</b>	<b>653 410 224</b>	<b>650 099 513</b>	<b>639 945 654</b>	<b>626 041 901</b>

Figura 15 - Demonstração da Posição Financeira - Previsional

## Demonstração dos Resultados por Naturezas – Previsional

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31.12.2017 real	31.03.2018 orçamento	30.06.2018 orçamento	30.09.2018 orçamento	31.12.2018 orçamento	31.12.2019 projeção	31.12.2020 projeção
Vendas	33 730	8 783	17 564	26 348	35 131	35 728	36 371
Prestações de serviços	79 075 915	20 565 865	41 131 730	61 697 595	82 263 460	83 661 938	85 167 853
Serviços de construção (IFRIC12)	2 984 476	668 805	1 337 610	2 006 415	2 675 220	2 720 698	2 769 671
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(2 544 063)	(3 913 420)	(7 826 840)	(11 740 260)	(12 653 680)	(12 868 793)	(13 100 431)
<b>Volume de negócios</b>	<b>79 550 059</b>	<b>17 330 033</b>	<b>34 660 065</b>	<b>51 990 098</b>	<b>72 320 130</b>	<b>73 549 572</b>	<b>74 873 465</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	(2 392 088)	(638 203)	(1 276 407)	(1 914 610)	(2 552 814)	(2 596 211)	(2 642 943)
Serviços de construção (IFRIC12)	(2 984 476)	(668 805)	(1 337 610)	(2 006 415)	(2 675 220)	(2 720 698)	(2 769 671)
<b>Margem bruta</b>	<b>74 173 494</b>	<b>16 023 024</b>	<b>32 046 049</b>	<b>48 069 073</b>	<b>67 092 097</b>	<b>68 232 663</b>	<b>69 460 851</b>
Fornecimentos e serviços externos	(26 445 037)	(6 153 009)	(12 306 017)	(18 459 026)	(27 612 034)	(28 081 439)	(28 586 905)
Gastos com pessoal	(11 112 597)	(2 777 652)	(5 555 305)	(8 332 957)	(10 866 882)	(10 766 025)	(11 228 930)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(19 957 275)	(4 944 697)	(9 889 394)	(14 834 091)	(19 778 788)	(20 115 028)	(20 477 098)
Provisões e reversões do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Feridas por imparidade e reversões	(3 161 803)	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	4 778 950	1 188 417	2 376 835	3 565 252	4 753 669	4 834 481	4 921 502
Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas operacionais	(772 187)	(191 979)	(383 958)	(575 937)	(767 916)	(780 971)	(795 028)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	81 690	122 369	244 738	367 107	489 476	497 797	506 752
<b>Resultados operacionais</b>	<b>17 585 235</b>	<b>3 266 474</b>	<b>6 532 947</b>	<b>9 799 421</b>	<b>13 309 621</b>	<b>13 821 479</b>	<b>13 801 149</b>
Gastos financeiros	(9 766 285)	(2 059 165)	(4 118 330)	(6 177 494)	(8 236 659)	(8 376 682)	(8 527 462)
Rendimentos financeiros	1 179 077	299 118	598 237	897 355	1 196 473	1 216 813	1 238 716
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(8 587 208)</b>	<b>(1 760 046)</b>	<b>(3 520 093)</b>	<b>(5 280 139)</b>	<b>(7 040 186)</b>	<b>(7 159 869)</b>	<b>(7 288 747)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>8 998 027</b>	<b>1 506 427</b>	<b>3 012 854</b>	<b>4 519 281</b>	<b>6 269 435</b>	<b>6 661 610</b>	<b>6 512 403</b>
Imposto do exercício	(5 270 905)	(1 470 965)	(2 941 930)	(4 412 895)	(5 883 860)	(5 983 886)	(6 091 596)
Imposto diferido	2 677 426	287 633	575 266	862 900	1 150 533	1 170 092	1 191 153
Imposto diferido sobre o DRG	475 230	1 045 666	2 091 332	3 136 997	4 182 663	4 253 769	4 330 336
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>6 879 777</b>	<b>1 368 761</b>	<b>2 737 522</b>	<b>4 106 283</b>	<b>5 718 771</b>	<b>6 101 585</b>	<b>5 942 297</b>

Figura 16 - Demonstração dos Resultados por Naturezas - Previsional





## Demonstração dos Fluxos de Caixa – Previsional

	31.12.2017 real	31.03.2018 orçamento	30.06.2018 orçamento	30.09.2018 orçamento	31.12.2018 orçamento	31.12.2019 projeção	31.12.2020 projeção
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							
Recebimentos de clientes	83 359 208	24 111 616	49 386 232	73 497 848	97 609 464	99 249 054	101 014 603
Pagamentos a fornecedores	(26 556 346)	(7 780 964)	(15 561 928)	(23 342 892)	(31 123 856)	(31 652 962)	(32 222 715)
Pagamentos ao pessoal	(6 263 249)	(1 372 437)	(2 744 874)	(4 117 311)	(5 489 748)	(5 583 074)	(5 683 569)
Pagamento/Recebimento do IRC	0	0	(5 270 905)	(5 270 905)	(5 270 905)	(6 741 870)	(6 741 870)
Outros Pagamentos/Recebimentos	40 478 981	(3 549 346)	(7 098 692)	(10 648 038)	(14 197 384)	(14 438 740)	(14 698 637)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>91 018 594</b>	<b>11 408 869</b>	<b>18 709 833</b>	<b>30 118 702</b>	<b>41 527 571</b>	<b>40 832 409</b>	<b>41 667 812</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>							
Recebimentos de investimentos financeiros (apoio tesouraria)	0	29 000 000	29 000 000	29 000 000	29 000 000	10 000 000	30 000 000
Pagamentos de outros ativos	0	(2 500 000)	(2 500 000)	(2 500 000)	(2 500 000)	0	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(28 155)	(8 920)	(8 920)	(17 840)	(17 840)	(26 760)	(20 000)
Pagamentos de ativos intangíveis	(2 585 750)	(713 245)	(5 101 480)	(10 202 960)	(20 405 920)	(17 600 396)	(25 124 773)
	<b>(2 613 905)</b>	<b>25 777 835</b>	<b>21 389 600</b>	<b>16 279 200</b>	<b>6 076 240</b>	<b>(7 627 156)</b>	<b>4 855 227</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>							
Outros recebimentos de atividades de financiamento	200 000	30 240	60 480	120 960	241 920	408 240	122 472
Pagamentos de dividendos	0	0	(6 163 000)	(6 163 000)	(6 163 000)	(6 163 000)	(6 163 000)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(7 081 544)	(1 114 650)	(3 888 496)	(5 003 146)	(8 148 626)	(9 150 287)	(10 117 197)
Pagamentos de juros e gastos similares	(13 666 482)	(926 105)	(1 852 210)	(1 852 210)	(2 778 315)	(2 825 546)	(2 876 406)
Apoio de Tesouraria à Holding	(57 000 000)	0	(30 000 000)	(30 000 000)	(30 000 000)	0	0
	<b>(77 548 026)</b>	<b>(2 010 515)</b>	<b>(41 843 226)</b>	<b>(42 897 396)</b>	<b>(46 848 021)</b>	<b>(17 730 593)</b>	<b>(19 034 131)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>10 856 664</b>	<b>35 176 189</b>	<b>(1 743 793)</b>	<b>3 500 506</b>	<b>755 790</b>	<b>15 474 659</b>	<b>27 488 908</b>
Efeitos das diferenças de câmbio							
Caixa e seus equivalentes no início do período	14 158	10 870 822	10 870 822	10 870 822	10 870 822	11 626 612	27 101 271
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 870 822	46 047 011	9 127 029	14 371 328	11 626 612	27 101 271	54 590 179
	<b>10 856 664</b>	<b>35 176 189</b>	<b>(1 743 793)</b>	<b>3 500 506</b>	<b>755 790</b>	<b>15 474 659</b>	<b>27 488 908</b>

Figura 17 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Previsional

Os fluxos de caixa estimados resultam da atividade regular da empresa. Note-se que a Tejo Atlântico fruto da sua elevada liquidez tem sido financiadora da empresa mãe do Grupo AdP.

### Disponibilidades:

Para os anos de 2017 e 2020 apresenta-se a decomposição das disponibilidades.

	31.12.2017 real	31.03.2018 orçamento	30.06.2018 orçamento	30.09.2018 orçamento	31.12.2018 orçamento	31.12.2019 projeção	31.12.2020 projeção
Caixa	7 408	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Depósitos à ordem	10 857 414	46 036 011	9 116 029	14 360 328	11 615 612	27 090 271	54 579 179
Depósitos a prazo	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000
	<b>10 870 822</b>	<b>46 047 011</b>	<b>9 127 029</b>	<b>14 371 328</b>	<b>11 626 612</b>	<b>27 101 271</b>	<b>54 590 179</b>
Descobertos bancários	0	0	0	0	0	0	0
	<b>10 870 822</b>	<b>46 047 011</b>	<b>9 127 029</b>	<b>14 371 328</b>	<b>11 626 612</b>	<b>27 101 271</b>	<b>54 590 179</b>

Figura 18 – Disponibilidades

## 2.9. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A proposta de PAO 2018 foi desenvolvida tendo por base as determinações legais, os pressupostos e as orientações constantes do ofício n.º 5127, de 29 de novembro de 2017 da DGTF, bem como às medidas de contenção de gastos e outras orientações definidas pelas tutelas e pelo acionista.

A AdTA na elaboração da proposta do PAO 2018 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), designadamente na prossecução duma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção dum equilíbrio das contas.

Na elaboração deste documento, foi ainda tido em conta, sempre que aplicável o Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio). Importa referir que, nos casos em que





existam sobreposições, foram seguidas as determinações constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2018 e do Decreto-Lei de Execução Orçamental, bem como as orientações constantes do ofício circular n.º 5127, de 29 de novembro de 2017 da DGTF.

Os rendimentos tarifários da AdTA são estruturadas numa base de custos aceites que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos + 3%).

Nos termos do Contrato de Concessão prevê-se a possibilidade de serem definidos para faturação, rendimentos tarifários. A repartição destes rendimentos tarifários, para efeitos de faturação aos utilizadores municipais, far-se-á atendendo à proporção da utilização efetiva, aferida pela média aritmética simples do volume de efluente medido, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1. Por este efeito, para os utilizadores municipais cuja faturação seja efetuada nos moldes atrás descritos, poder-se-á apurar uma tarifa implícita, resultante da divisão dos rendimentos tarifários pelos volumes utilizados para a respetiva repartição.

Com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na lei de bases do setor, as receitas de exploração crescem com o aumento dos gastos de operação. Este é um efeito que se pretende evitar. Paralelamente, também o EBITDA se constitui como um indicador que não reflete a eficiência operacional e financeira, necessária e pretendida para a empresa. Com efeito este indicador é suscetível de aumentar com o aumento do investimento e inerentes custo com o endividamento.

As receitas mercantis da AdTA e respetivo esforço de maximização passam então por uma estratégia de investimento racional que permita o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais.

## 2.10. PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS (“PRC”)

O PAO 2018 da AdTA reflete o equilíbrio das contas de exploração da empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos em cada exercício.

Os montantes orçamentados e estimados para os exercícios seguintes, apresentados neste documento, tiveram em conta o desempenho de 2017 das infraestruturas e as restrições acima descritas e refletem um nível de gastos considerado adequado para garantir o normal funcionamento do sistema multimunicipal face aos níveis de atividade previstos. Por este motivo, algumas rubricas de gastos podem vir a registar acréscimos de tendência não linear.



**EBITDA**

Os valores estimados do EBITDA para o período em análise são os seguintes:

EBITDA	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Variação % 2018 vs 2017
Resultados operacionais	17 585 235	13 309 621	13 821 479	13 801 149	-24%
Amortiz., deprec. e reversões do exercício	19 957 275	19 778 788	20 115 028	20 477 098	-1%
Subsídios ao investimento	(4 778 950)	(4 753 669)	(4 834 481)	(4 921 502)	-1%
Provisões e reversões do exercício	-	-	-	-	-
	<b>32 763 560</b>	<b>28 334 740</b>	<b>29 102 025</b>	<b>29 356 745</b>	<b>-14%</b>

Figura 19 - EBITDA

Esta diminuição do EBITDA resulta essencialmente do efeito negativo motivado pelo aumento do desvio de recuperação de gastos. No entanto o desvio de recuperação de gastos constitui uma dedução ao rendimento (não “cash” e portanto não desembolsável) reconhecido de forma individual e previsto contratualmente na Demonstração de Resultados que integra os Rendimentos Operacionais da Empresa. Assim, no nosso entendimento, o seu efeito deverá ser expurgado da análise ao EBITDA, tal como as imparidades que apresentam uma natureza equivalente à das provisões, e que são igualmente um elemento não “cash”.

Note-se que o DLEO 2018 não obriga ao cumprimento desta medida.

Após os ajustamentos identificados o EBITDA apresenta-se conforme consta o quadro seguinte:

EBITDA Ajustado	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Variação % 2018 vs 2017
Resultados operacionais	17 585 235	13 309 621	13 821 479	13 801 149	-24%
Amortiz., depr. e reversões do exercício	19 957 275	19 778 788	20 115 028	20 477 098	-1%
Provisões e reversões do exercício	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade e reversões	3 161 803	-	-	-	-100%
Subsídios ao investimento	(4 778 950)	(4 753 669)	(4 834 481)	(4 921 502)	-1%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	2 544 063	12 653 680	12 868 793	13 100 431	397%
	<b>38 469 427</b>	<b>40 988 420</b>	<b>41 970 818</b>	<b>42 457 176</b>	<b>7%</b>

Figura 20 - EBITDA ajustado

Neste contexto o EBITDA apresenta uma melhoria face ao período anterior, cumprindo com as orientações definidas para o efeito.





**Rácio PRC (plano de redução de custos)**

PRC (Plano de Redução de Custos)	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Varição % 2018 vs 2017
Custo das vendas/variação dos inventários	2 392 088	2 552 814	2 596 211	2 642 943	7%
Fornecimentos e serviços externos	26 445 037	27 612 034	28 081 439	28 586 905	4%
<i>Estudos, pareceres e projetos de consultoria</i>	-	-	-	-	-
<i>Deslocações e estadas</i>	85 996	85 996	85 996	85 996	0%
Gastos com pessoal sem indemnizações	11 112 597	10 806 882	10 706 025	11 168 930	-3%
<i>Ajudas de custo</i>	6 689	6 689	6 689	6 689	0%
	<b>39 949 722</b>	<b>40 971 730</b>	<b>41 383 675</b>	<b>42 398 778</b>	<b>3%</b>
Vendas	33 730	35 131	35 728	36 371	4%
Prestações de serviços	79 075 915	82 263 460	83 661 938	85 167 853	4%
<b>Volume de negócios</b>	<b>79 109 645</b>	<b>82 298 591</b>	<b>83 697 667</b>	<b>85 204 225</b>	<b>4%</b>
<b>Rácio PRC</b>	<b>50,5%</b>	<b>49,8%</b>	<b>49,4%</b>	<b>49,8%</b>	<b>-1%</b>

Figura 21 - Rácio PRC

A AdTA cumpre o rácio PRC tendo em conta os rendimentos e os gastos estimados para o ano 2018.

EBIT (resultado operacional)	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Varição % 2018 vs 2017
Resultados operacionais	17 585 235	13 309 621	13 821 479	13 801 149	-24%

Figura 22 – EBIT (resultado operacional)

Esta diminuição do EBIT resulta essencialmente do efeito negativo motivado pelo aumento do desvio de recuperação de gastos. No entanto o desvio de recuperação de gastos constitui uma dedução ao rendimento (não “cash” e portanto não desembolsável) reconhecido de forma individual e previsto contratualmente na Demonstração de Resultados que integra os Rendimentos Operacionais da Empresa. Note-se que o DLEO 2018 não obriga ao cumprimento desta medida, pelo que solicitamos a dispensa do seu cumprimento.

**Gastos com a Frota Automóvel**

A AdTA na elaboração da proposta de PAO 2018 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado de 2018 e no Decreto-Lei de Execução Orçamental. Paralelamente e em cumprimento com a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a AdTA reflete na sua proposta de PAO 2018, um esforço de contenção com os gastos associados à frota automóvel. Integrada na política do Grupo AdP e para satisfazer as respetivas necessidades em matéria de viaturas, assiste-se à condução de procedimentos contratuais em respeito pelas regras de contratação pública, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência. Os critérios de adjudicação que lhes estão inerentes privilegiam o valor económico dos contratos, tomando em consideração antecipadamente os respetivos custos de exploração incluindo os encargos decorrentes





do consumo de energia, das emissões de CO<sub>2</sub> e das emissões poluentes, que se caracterizam como externalidades, incentivando os operadores económicos a serem mais eficientes neste contexto.

Neste sentido, e integrado na política do Grupo, tem-se vindo a proceder à prorrogação dos contratos de AOV, nas situações em que tal opção seja possível, angariando o tempo necessário para o desenvolvimento de procedimentos pré-contratuais adequados para a substituição das viaturas com respeito pelo quadro regulamentar em vigor.

Em janeiro de 2018 a Águas do Tejo Atlântico substituiu 20 viaturas de combustão por 20 viaturas 100% elétricas, no âmbito da política de mobilidade elétrica promovida em conjunto entre o Grupo Águas de Portugal e o Ministério do Ambiente. Adicionalmente, estão a ser substituídas 72 viaturas, no âmbito de um concurso público internacional liderado e gerido pela AdP. Estas substituições de viaturas permitem uma poupança aproximada de 289 mil euros em rendas para o horizonte do contrato (48 meses). Se acrescentarmos os gastos com combustíveis e manutenção a estimativa é significativamente maior, podendo atingir uma poupança aproximada de 570 mil euros. Por prudência e por ser expectável a subida dos preços dos combustíveis, mantiveram-se os gastos orçamentados face ao ano anterior.

O quadro abaixo inclui a previsão de despesas relativas a gastos com a frota automóvel da AdTA (rendas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos), sendo expectável uma diminuição em 2018 face a 2017:

Gastos com a frota automóvel	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Varição % 2018 vs 2017
Rendas locação (inclui conservação e reparação)	624 112	545 591	545 591	545 591	-13%
Combustíveis	281 439	281 439	281 439	281 439	0%
Seguros de viaturas	49 583	50 886	50 886	50 886	3%
	<b>955 135</b>	<b>877 916</b>	<b>877 916</b>	<b>877 916</b>	<b>-8%</b>
Número de viaturas ligeiras	143	146	146	146	2%
Número de viaturas pesadas	1	1	1	1	0%

Figura 23 - Frota Automóvel

A Águas do Tejo Atlântico herdou três viaturas operacionais (qua não fazem parte do contingente apresentado no quadro anterior, à data de 31.12.2017) que se encontravam sem funcionamento desde finais de 2016. Estas foram “retidas em oficina” pela empresa locadora, por apresentarem elevado desgaste e danos cuja recuperação se apresentava economicamente desvantajosa.

O incremento apresentado no quadro acima, de três viaturas em 2018 face a 2017, visa reparar a situação anteriormente descrita, pelo facto de se tratarem de viaturas operacionais, imprescindíveis à atividade da empresa e que apesar do aparente “aumento” em quantidade, é expectável a diminuição dos gastos totais com a frota.



### Recursos Humanos:

A AdTA partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

A Águas do Tejo Atlântico já no PAO de 2017, submetido no SIRIEF em 16 de julho de 2017, assinalava a necessidade de contratação de colaboradores de forma a suprir as diminuições resultantes dos processos de reestruturação anteriores e em curso no grupo Águas de Portugal, bem como solucionar as situações que resultam de reformas, de trabalho temporário e prestações de serviços externas (em “outsourcing”) com maior incidência na operação e manutenção.

O processo de reorganização das empresas do Grupo Águas de Portugal, de que resultou a cisão da Águas do Tejo Atlântico tinha como pressuposto que os ex-colaboradores das três ex-empresas (Simtejo, Sanest e Águas do Oeste - saneamento) retornassem à Águas do Tejo Atlântico. Se isto é um facto para a grande maioria dos colaboradores, em particular para aqueles que estão diretamente ligados à área operacional, houve um conjunto que permaneceu na EPAL/Vale do Tejo, assim como situações de colaboradores que saíram para outras empresas do Grupo, e outros que vieram de outras empresas do Grupo. Note-se ainda que neste período ocorreram rescisões contratuais, reformas, falecimentos e que há colaboradores da Águas do Tejo Atlântico que estão cedidos à Administração Central.

Junto se dá nota do universo de colaboradores existentes antes da agregação, conforme o Decreto-Lei n.º 34/2017 de 24 de março e o necessário à atividade da AdTA, S.A.:

#### Quadro de pessoal

N.º de pessoas antes de agregação (1 de julho de 2015)	404
N.º de pessoas atualmente em funções na AdTA (a 30 de junho de 2018)	360
N.º de pessoas necessárias ao pleno funcionamento da AdTA	374

O PAO de 2018 volta a assinalar estas necessidades de contratação, conforme os quadros apresentados a seguir:

Quadro de pessoal	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Varição % 2018 vs 2017
Órgãos Sociais (CA + CF)	10	10	10	10	0%
Pessoal efetivo	355	355	374	374	0%
<b>Pessoal - necessidades totais</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	-	-	5%
Pessoal - PREVPAP em funções	5	5	-	-	0%
Pessoal - necessidades de contratação	14	16	-	-	7%
Pessoal – previsão de saídas	-	-2	-	-	7%

Figura 24 - Quadro de Pessoal

Em junho de 2018, ao abrigo do programa PREVPAP (programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública) integraram o quadro da Tejo Atlântico 5 novos colaboradores. Estes cinco novos colaboradores terão um impacto de aproximadamente mais 85 mil





euros nos gastos com pessoal, que serão compensados por uma diminuição aproximadamente igual de gastos com fornecimentos e serviços externos.

Face ao exposto anteriormente, à necessidade premente e urgente de admissão de trabalhadores (que, à data, colocam em risco o cumprimento de algumas obrigações legais) vimos por este meio solicitar um pedido de exceção para a contratação, durante o ano de 2018, de um total de 16 trabalhadores (pressupondo a saída de 2 colaboradores), por parte da tutela e do membro do Governo responsável pela área das Finanças, considerando a empresa que se encontram cumpridas as condições previstas no artigo 144.º do DLEO para a efetivação dessas contratações:

- A Águas do Tejo Atlântico opera em áreas muito sensíveis (zonas balneares);
- Tem que cumprir com exigentes níveis de qualidade de serviço;
- Apresenta carências graves de pessoal, com destaque para a falta de operadores (em muitos centros operacionais o número de trabalhadores responde ao número definido para o cumprimento dos serviços mínimos);
- Apresenta carências de trabalhadores na manutenção e outras áreas de suporte;
- Estas carências têm implícitos riscos graves (na segurança dos trabalhadores) e em eventuais consequências na operação das infraestruturas (riscos de impacto ambiental, com consequências negativas ao nível do turismo e da economia);
- Tem 5 colaboradores cedidos a entidades governamentais;
- Começa a apresentar um quadro de pessoal envelhecido (16% do total de trabalhadores tem mais de 55 anos) e com limitações físicas;
- Um elevado absentismo, por baixa (21 325 horas em 2017);
- Ocorrência de saída de colaboradores (incluindo reformas e falecimentos) sem que tenha havido a respetiva substituição/renovação.

As contratações agora solicitadas e fundamentadas visam substituir contratos de trabalho temporário e prestações de serviços externas (tipo “outsourcing”) atualmente em vigor para solucionar carências urgentes de pessoal, pelo que o impacto financeiro é completamente residual para a Tejo Atlântico.

A Águas do Tejo Atlântico acomoda o incremento expectável nos gastos com pessoal, sem consequências ao nível dos seus resultados – a AdTA estima vir a ter um EBITDA de mais de 40 milhões de euros - da sua rentabilidade definida contratualmente e do seu endividamento, face aos resultados estimados no presente documento. Acresce mencionar que este incremento nos gastos com pessoal é compensado em grande parte pela diminuição de gastos com fornecimentos e serviços externos.

Como corolário são necessários de imediato:

- 2 Técnicos de laboratório;



- 1 Técnico de secretariado de Administração;
- 13 Operadores e técnicos especializados para as áreas de operação e manutenção.

No cenário aqui retratado estima-se que os 16 colaboradores possam ter um gasto anual de aproximadamente 400 000,00 € (incluindo TSU, seguros, formação, fardamento, equipamentos de proteção e segurança, etc.). No ano 2018, foi estimado um aumento de 145 mil euros, por estarem apenas estimados cinco meses de gastos no exercício (prevendo possíveis admissões em setembro).

Esta contratação permite reduzir gastos com trabalho temporário e *outsourcing* (que análises recentes comprovam apresentar uma qualidade de serviço inferior quando comparado com o desempenho dos colaboradores da própria empresa), melhorar a qualidade do serviço prestado, aumentar substancialmente a segurança e a inerente redução de riscos de trabalho, reduzir o absentismo e os acidentes de trabalho, contribuindo para o enriquecimento das competências do ativo humano da Tejo Atlântico.

### Gastos com Pessoal

A Tejo Atlântico iniciou a sua atividade em 2017, pelo que não apresenta valores anteriores a esse período. Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Gastos de pessoal	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Varição % 2018 vs 2017
Gastos com Órgãos Sociais	176 596	263 756	263 756	263 756	49%
Gastos com cargos de direção	413 491	413 491	420 520	420 934	0%
Gastos com pessoal	7 674 169	8 315 015	8 555 186	8 554 772	8%
Benefícios pós emprego	-	-	-	-	-
Ajudas de custo	6 658	6 550	6 550	6 550	-
Restantes encargos	2 841 682	2 741 533	2 805 243	3 018 148	-4%
Indeminizações/ rescisões	-	60 000	60 000	60 000	-
Trabalhos para a própria empresa	-	(933 464)	(1 285 231)	(1 035 231)	-
<b>Total</b>	<b>11 112 597</b>	<b>10 866 882</b>	<b>10 826 025</b>	<b>11 288 930</b>	<b>-2%</b>
<b>Total sem TPPE e sem indemnizações</b>	<b>11 112 597</b>	<b>11 740 346</b>	<b>12 051 256</b>	<b>12 264 161</b>	<b>6%</b>
Órgãos Sociais (CA + CF)	10	10	10	10	0%
Cargos de direção sem Órgãos sociais	6	6	6	6	0%
Nº. de trabalhadores sem cargos de direção	349	368	368	368	5%
	<b>365</b>	<b>384</b>	<b>384</b>	<b>384</b>	<b>5%</b>

Figura 25 - Gastos com Pessoal e número de colaboradores

Os valores capitalizados correspondem aos gastos diretos resultantes da participação das Direções de Engenharia e de Gestão de Ativos nos projetos de investimento (empreitadas).

Tal como referido no ponto 1.4 do presente relatório, os gastos de 2017 não são diretamente comparáveis com 2018. Para além dos factos aí apresentados, refira-se por exemplo, que o aumento dos gastos com os Órgãos Sociais em 2017 correspondem a 8 meses de gastos e em 2018 a 14 meses.

O quadro seguinte demonstra as limitações inerentes à comparação direta dos gastos com pessoal entre os exercícios de 2017 e 2018. O primeiro semestre corresponde a gastos imputados de forma direta e



indireta resultantes do processo de cisão e que foram efetivamente processados na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, antes da cisão operada e 1 de julho de 2017. Os gastos do segundo semestre correspondem já aos gastos processados pela Águas do Tejo Atlântico. Neste sentido, o exercício de comparação de gastos entre 2018 e 2017, será na nossa opinião mais justo, se efetuado face aos valores do segundo semestre extrapolado para 12 meses, ou seja tendo como base o valor aproximado de 11,9 milhões de euros.

Gastos de pessoal	31.12.2017 Real
Gastos com pessoal - 1º semestre 2017 diretos	3 340 495
Gastos com pessoal - 1º semestre 2017 indiretos	2 091 729
Gastos com pessoal - 1º semestre 2017 total	5 432 224
Gastos com pessoal - 2º semestre 2017	5 680 373
<b>Gastos com pessoal - Total 2017</b>	<b>11 112 597</b>

Figura 26 – Projeção de Gastos com Pessoal 2017

Tal como referido anteriormente, a comparação entre os dois exercícios não se afigura direta, ainda assim e resumidamente, a variação de um exercício para o outro, apresenta-se do seguinte modo:

Gastos com pessoal 2º semestre de 2017	5 680 373
<b>Extrapolação para o ano completo</b>	<b>11 360 746</b>
Impacto PREVPAV	85 000
Impacto novas admissões	145 000
Efeito trabalho extraordinário (colmatar necessidades de pessoal)	114 600
Impacto admissão Programa de <i>Trainees</i>	95 000
Efeito TPPE	(933 464)
<b>Gastos com pessoal 2018</b>	<b>10 866 882</b>

Figura 27 – Variação de Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Gastos de pessoal	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Variação % 2018 vs 2017
Gastos com Órgãos Sociais	176 596	263 756	263 756	263 756	49%
Gastos com pessoal	8 094 318	8 795 057	8 982 257	8 982 257	9%
Encargos sociais sobre remunerações	1 909 153	1 860 019	1 904 479	1 904 479	-3%
Seguro de acidentes de trabalho	132 594	113 872	119 705	144 705	-14%
Seguro de saúde e de vida	609 854	500 901	506 734	531 734	-18%
Formação	35 692	44 167	50 000	100 000	24%
Fardamento	48 672	81 250	83 000	138 000	67%
Outros gastos com pessoal	105 717	141 325	141 325	199 230	34%
Trabalhos para a própria empresa	-	(933 464)	(1 285 231)	(1 035 231)	-
	<b>11 112 597</b>	<b>10 866 882</b>	<b>10 766 025</b>	<b>11 228 930</b>	<b>-2%</b>

Figura 28 - Gastos com Pessoal

O número de Órgãos Sociais inclui 3 Administradores Executivos, remunerados, 4 Administradores não Executivos e 3 membros do Conselho Fiscal.



### Orientações sobre Remunerações:

A elaboração da proposta de PAO 2018 teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SET;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2018);
- Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2018).

### Benefícios Pós-Emprego:

Para 2018, assim como para o período de 2019 e 2020, não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na AdTA.

### Prazo médio de pagamento:

Prazo médio de pagamento	31.12.2017	31.03.2018	30.06.2018	30.09.2018	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020
	real	orçamento	orçamento	orçamento	orçamento	projeção	projeção
Fornecedores	7 044 204	6 697 508	6 870 857	6 784 182	6 827 520	6 805 851	6 816 685
Fornecimentos e serviços externos	26 445 037	6 153 009	12 306 017	18 459 026	27 612 034	28 081 439	28 586 905
CMVMC	2 392 088	638 203	1 276 407	1 914 610	2 552 814	2 596 211	2 642 943
PMP - RCM n.º 34/2008	89,2	90,0	91,2	90,8	83,9	81,0	79,7

Figura 29 – Prazo médio de pagamento

A dívida de fornecedores está influenciada por saldos “antigos” (anteriores à constituição da Águas do Tejo Atlântico) resultantes de litígios com empreiteiros e outros fornecedores que a Empresa está a resolver. Sem a influência desses saldos no cálculo do PMP, o número de dias diminuiria significativamente (ver quadro seguinte). Note-se que o recebimento dos clientes está contratualizado nos 60 dias e que naturalmente este prazo influencia o prazo de pagamento.





Prazo médio de pagamento	31.12.2017 real	31.03.2018 orçamento	30.06.2018 orçamento	30.09.2018 orçamento	31.12.2018 orçamento	31.12.2019 projeção	31.12.2020 projeção
Fornecedores	5 461 944	5 115 248	5 288 597	5 201 922	5 245 260	5 223 591	5 234 425
Fornecimentos e serviços externos	26 445 037	6 153 009	12 306 017	18 459 026	27 612 034	28 081 439	28 586 905
CMVMC	2 392 088	638 203	1 276 407	1 914 610	2 552 814	2 596 211	2 642 943
PMP - RCM n.º 34/2008	69,1	68,7	69,9	69,5	64,3	62,1	61,2

Figura 30 – Prazo médio de pagamento (sem litígios)

### Indemnizações Compensatórias:

A AdTA não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	31.12.2017 Real	31.12.2018 Orçamento	31.12.2019 Projeção	31.12.2020 Projeção	Varição % 2018 vs 2017
Empréstimos	-	-	-	-	-
Aumentos de capital	-	-	-	-	-
Indeminizações compensatórias	-	-	-	-	-
Subsídios governamentais	-	-	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Figura 31 - Esforço Público de Financiamento para o triénio 2017-2019

Lisboa, 2 de agosto de 2018

A Conselho de Administração

Atôm → fut  
 Graças a vós  
  
  


Anexo I – Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

**SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO**

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/corpoação/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).  
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presente nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem da equipamento) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

LEGENDA:  - Introdução de dados

**Nome da empresa**

Águas Tejo Atlântico

Denominação completa da empresa

**Data de elaboração do planeamento**

ago/17

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

**Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento**

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2018	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
						Obra nova	Reabilitação/Remodificação/Substituição	Total

**Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2018, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento**

1	Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I	6 000	522	set/18	nov/20		100%	100%
2	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	3 350	2 223	jan/18	juj/19	20%	80%	100%
3	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	2 250	1 250	jan/18	out/19		100%	100%
4	Conceção/Construção da Remodelação das ETAR de Arruda dos Vinhos, Silveira e Fervença	1 477	385	mai/18	juj/20		100%	100%
5	Emissários gravíticos e sistemas e levatórios do subsistema da Ericeira-Fase II	1 155	462	mai/18	nov/19	100%		100%
6	Empreitada de Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolos	1 110	606	mai/18	juj/19		100%	100%
7	Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor (cx CS0160.00 a CS1020.00)	879	383	fev/17	set/18		100%	100%
8	Construção do Emissário A-do-Baço	800	733	nov/17	jan/19	100%		100%
9	Remodelação ETAR de Maceira	697	539	set/17	set/18		100%	100%
10	Empreitada de Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I	640	291	jun/18	ago/19	100%		100%

**Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2018, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento**

1	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	3 350	2 223	jan/18	juj/19	20%	80%	100%
2	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	2 250	1 250	jan/18	out/19		100%	100%
3	Construção do Emissário A-do-Baço	800	733	nov/17	jan/19	100%		100%
4	Empreitada de Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolos	1 110	606	mai/18	juj/19		100%	100%
5	Remodelação ETAR de Maceira	697	539	set/17	set/18		100%	100%
6	Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I	6 000	522	set/18	nov/20		100%	100%
7	Construção da estação elevatória da Carneiro-Fase II	548	487	out/17	out/18	100%		100%
8	Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira-Fase II	1 155	462	mai/18	nov/19	100%		100%
9	Conceção/Construção da Remodelação das ETAR de Arruda dos Vinhos, Silveira e Fervença	1 477	385	mai/18	juj/20		100%	100%
10	Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor (cx CS0160.00 a CS1020.00)	879	383	fev/17	set/18		100%	100%

**Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos de acompanhamento a realizar**

1	Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I	6 000	522	set/18	nov/20		100%	100%
2	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	3 350	2 223	jan/18	mai/19	20%	80%	100%
3	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	2 250	1 250	jan/18	ago/19		100%	100%
4	Construção do Emissário A-do-Baço	800	733	nov/17	nov/18	100%		100%
5	Remodelação ETAR de Maceira	697	539	set/17	juj/18		100%	100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, e podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

**Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa**

Foi selecionada a empreitada de maior valor e representatividade e os quatro maiores investimentos com valor previsto para 2018.

Razões pelas quais a empresa considerou serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção



## Anexo II - Fichas descritivas de investimento plurianual

### FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.  
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.  
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnica, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às experiências, prestação de apoio, aquisição/expropriação/serviço de terrenos, recurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).  
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, etc.) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.  
 Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.  
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser o primeiro dia do mês (sujeito-se o seguinte formato de inserção: "mm/aa").

LEGENDA:  - introdução de dados

**Nome da empresa**  
 Águas do Tejo Atlântico

**Denominação completa da empresa**  
 \_\_\_\_\_

**Data de elaboração do planeamento**   
 Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

**Designação do investimento**  
 Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

**Tipo de investimento**  
 Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).  
 Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

**Estimativa do valor total da empreitada**  (milhares de euros)  
 Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

**Estimativa do valor total da componente "obra nova"**  (milhares de euros)  
 Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

**População servida**  (habitantes)  
 Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

**População adicional servida**  (habitantes)  
 Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

**Custo per capita para a obra total**  (euros)  
 Rato do valor total da empreitada sobre a população servida.

**Custo per capita relativo à "obra nova"**  (euros)  
 Rato do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

**Localização física do investimento**  
 Lourdes

Deve fazer-se menção ao município ou municípios e ao seu território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

**Breve descrição da obra a realizar**  
 Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

**Justificação da necessidade do investimento**  
 Face às condições de afluência à ETAR de Beirolos, identificou-se a necessidade de aumentar a fiabilidade da capacidade de tratamento da ETAR em tempo seco e de adaptar a ETAR ao comportamento do sistema unitário afluente. É também necessário aumentar a capacidade de desodorização para os órgãos da linha líquida.  
 Resumo dos aspetos essenciais que levariam a que este investimento tenha tido prioridade e face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

**Mês de início anterior à data do planeamento**    
 A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

**Mês previsto para o começo da contagem do tempo**   
 A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).  
 Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

**Mês previsto para a conclusão da obra**   
 O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

**Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados**

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	6 000	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250

Valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realçada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em momento posterior.  
 Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.  
 O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

**Valor anterior à data de elaboração do planeamento**  (milhares de euros)  
 Montante de obra acumulado antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

**Fundos comunitários**  
 Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi rejeitada; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.  
 Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

**Comparticipação comunitária**  (milhares de euros)  
 A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.  
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.  
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão de uma determinada e moreitada mês a mês que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às excoerências, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).  
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se ao usivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.  
 Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.  
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "Jun18").

LEGENDA:  - introdução de dados

**Nome da empresa**

Águas do Tejo Atlântico

Denominação completa da empresa

**Data de elaboração do planeamento** 31-08-2017

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por deliberação, esta data refere-se sempre ao último dia do mês e em causa

**Designação do investimento**

Construção Emissário de A-do-Baço

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

**Tipo de investimento**

Obra Nova

Podem tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remediação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

**Estimativa do valor total da empreitada** 800 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

**Estimativa do valor total da componente "obra nova"** 800 (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

**População servida** 671 (habitantes)

Podem incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remediação/substituição.

**População adicional servida** 671 (habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

**Custo per capita para a obra total** 1 192 (euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

**Custo per capita relativo à "obra nova"** 1 192 (euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

**Localização física do investimento**

A-do-Baço - Arruda dos Vinhos

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

**Breve descrição da obra a realizar**

Execução do Emissário de A-do-Baço.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

**Justificação da necessidade do investimento**

A construção do Emissário de A-do-Baço permitirá a recolha das águas residuais domésticas das povoações de Arranbo (Lugares de A-do-Baço, Alcobelas de Cima e Alcobelas de Baixo), no concelho de Arruda dos Vinhos, permitindo

eliminar a descarga de águas residuais não tratadas nas linhas de água e/ou com tratamento insuficiente nas linhas de água e no solo.

Resumo dos aspetos essenciais que levam a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem variar com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviços, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

**Mês de início anterior à data do planeamento** out/17

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

**Mês previsto para o começo da contagem do tempo** nov/17

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retomar.

**Mês previsto para a conclusão da obra** nov/18

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

**Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados**

(milhares de euros)

Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	800	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
-------------------------------------------------------	-----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retomar). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

**Valor anterior à data de elaboração do planeamento** 0 (milhares de euros)

Montante da obra acumulada antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

**Fundos comunitários**

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complemente os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

**Complicação comunitária** (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.





FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.  
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter anual da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.  
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnica, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação de apoio, aquisição/expropriação/evicção de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).  
 No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, meses ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.  
 Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) e de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que admitir que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.  
 Nota importante do preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (legende-se o seguinte formato de inserção: "jun18").

LEGENDA:  - introdução de dados

**Nome da empresa**  
 Águas do Tejo Atlântico

Denominação completa da empresa

**Data de elaboração do planeamento** 31-08-2017

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento: por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

**Designação do investimento**

Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

**Tipo de investimento**

Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Podem tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).  
 Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

**Estimativa do valor total da empreitada** 2.250 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

**Estimativa do valor total da componente "obra nova"** 2.250 (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

**População servida** 12.135 (habitantes)

Podem incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

**População adicional servida** (habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

**Custo per capita para a obra total** 185 (euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida.

**Custo per capita relativo à "obra nova"** (euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

**Localização física do investimento**

Sintra

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/local's se for caso disso.

**Breve descrição da obra a realizar**

Substituição do emissário existente, entre as câmaras de visita CP0010.00 e CP1630.00, por uma infraestrutura com capacidade para drenar a totalidade dos caudais, no horizonte de projeto, ano de 2040. O novo emissário

descreve sumária e que permite conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

**Justificação da necessidade do investimento**

Tendo em conta os trabalhos de inspeção e cadastro deste emissário, verifica-se que o seu estado geral de conservação é bastante mau, apresentando graves deficiências estruturais e insuficiente capacidade de vazão, que colocam

em causa o funcionamento do sistema de saneamento, com frequentes situações de obstrução, que originam graves situações sociais e ambientais. O avançado grau de degradação estrutural das câmaras de visita do emissário, que se

Resume dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

**Mês de início anterior à data do planeamento** ( )

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

**Mês previsto para o começo da contagem do tempo** jan/18

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

**Mês previsto para a conclusão da obra** nov/18

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

**Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados**

(milhares de euros)

Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	2.250	Valores mensais	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225	225
-------------------------------------------------------	-------	-----------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes desta data, ou o valor total estimado, quando a obra se iniciar em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

**Valor anterior à data de elaboração do planeamento** (milhares de euros)

Montante da obra acumulada antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

**Fundos comunitários**

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; e, em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

**Participação comunitária** (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já de vidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento e específico, naturalmente.



FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizados.  
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a classificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.  
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoios e expropriações, prestação de apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).  
 No entanto, por uma que são de maior fôco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.  
 Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que alertar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar os diversos componentes do mesmo.  
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução do determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (segure-se o seguinte formato de inserção: "Jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

Nome da empresa

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

Designação do investimento

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Podem tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada  (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"  (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder a obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida  (habitantes)

Podem incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total  (euros)

Ratão do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

Ratão do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou se localiza/se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A remodelação da ETAR de Maceira justifica-se pelos problemas de funcionamento que impedem o cumprimento da qualidade do efluente tratado, de acordo com o exigido pela legislação em vigor, e a necessidade de aumentar a sua capacidade.

Resumo dos aspetos essenciais que levam a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, e a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (nubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (nubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

		(milhares de euros)														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	697	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se iniciou em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O possado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (nubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento  (milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Integra da na candidatura aprovada POSEUR-03-2012-FC-000005.

Indica se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária  (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.





FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem de notificação do investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.  
 A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.  
 Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).  
 No entanto, por uma questão de maior facilidade e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.  
 Consta-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo e processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.  
 Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a primeira dia do mês (ex: se se o seguinte formato de introdução: "jun18").

LEGENDA:  - introdução de dados

**Nome da empresa**  
 Águas do Tejo Atlântico

**Data de elaboração do planeamento**  
 31-08-2017  
 Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

**Designação do investimento**  
 Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos  
 A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

**Tipo de investimento**  
 20% Obra Nova e 80% Obra de reabilitação/remodelação/substituição  
 Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a respetiva do peso percentual que cabe a cada uma).  
 Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

**Estimativa do valor total da empreitada**  
 3 350 (milhares de euros)  
 Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

**Estimativa do valor total da componente "obra nova"**  
 670 (milhares de euros)  
 Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

**População servida**  
 20 674 (habitantes)  
 Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

**População adicional servida**  
 1 509 (habitantes)  
 Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

**Custo per capita para a obra total**  
 162 (euros)  
 Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida.

**Custo per capita relativo à "obra nova"**  
 422 (euros)  
 Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

**Localização física do investimento**  
 Loures  
 Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/localis se for caso disso.

**Breve descrição da obra a realizar**  
 Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos  
 Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

**Justificação da necessidade do investimento**  
 A Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos prende-se com a perda de esgoto bruto (tempo seco) para a rede hidrográfica, afluência indevida de caudais pluviais ao sistema "em alta" – inexistência de sistemas de controlo de caudais unitários ou concepção/funcionamento deficiente dos mesmos e infra-estruturas do sistema "em alta" em elevado estado de degradação estrutural.  
 Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com a eficiência, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

**Mês de início anterior à data do planeamento**  
 jan/18  
 A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

**Mês previsto para o começo da contagem do tempo**  
 jan/18  
 A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com excepção do caso da linha seguinte).  
 Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediatamente anterior, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

**Mês previsto para a conclusão da obra**  
 jul/19  
 O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

**Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados**

	(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3 350	186	186	186	186	186	186	186	186	186	186	186	186	186	186	186

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se iniciar em momento posterior.  
 Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.  
 O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mês a mês.

**Valor anterior à data de elaboração do planeamento**  
 0 (milhares de euros)  
 Montante da obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

**Fundos comunitários**  
 Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.  
 Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.  
 Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

**Comparticipação comunitária**  
 (milhares de euros)  
 A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.



Anexo III - Parecer do Órgão de Fiscalização



Anexo IV - Parecer do Revisor Oficial de Contas



**ADENDA AO  
PLANO DE ATIVIDADES  
E ORÇAMENTO 2018**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



## ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

---

AdP	Águas de Portugal
AdTA	Águas do Tejo Atlântico, S.A.
AOV	Aluguer Operacional de Viaturas
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DL	Decreto-Lei
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EE	Estação Elevatória
EG	Entidade Gestora
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
MLP	Médio e Longo Prazo
OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PEPE	Plano de Eficiência e de produção de Energia
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PMR	Prazo Médio de Recebimento
PRC	Plano de Redução de Custos
SEE	Setor Empresarial do Estado
TPPE	Trabalhos para a própria Empresa
TSU	Taxa Social Única
UV	Ultra violetas

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'A' at the top, followed by 'K', 'D', 'A', 'X', and 'M'.

## ÍNDICE

---

1. Introdução.....	5
2. Investimento .....	5
3. Gastos com pessoal.....	9

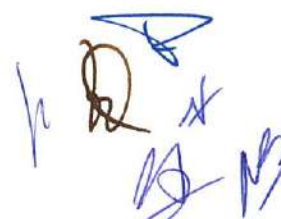




## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1 – Quadro global de investimentos.....	5
Figura 2 – Estimativa de gastos com pessoal - necessidades.....	10
Figura 3 – Estimativa de gastos com FSE.....	10
Figura 4 – Exemplos de gastos atuais com FSE.....	10



## 1. Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (“Tejo Atlântico” ou “AdTA”), inseriu no SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira) em 16 de Outubro de 2018, uma proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2018 (PAO 2018), tendo merecido despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, a 23 de fevereiro de 2018, não estando em condições de merecer a sua aprovação.

Em 16 de agosto de 2018, a AdTA submeteu no SIRIEF uma nova versão de PAO para 2018. Em 17 de setembro de 2018 a Águas do Tejo Atlântico recebeu o relatório de Análise elaborado pelo Ministério das Finanças/UTAM. Este relatório assinala que a AdTA necessita de complementar informação adicional sobre investimentos e gastos com pessoal.

O presente documento incorpora a informação referida anteriormente e que consideramos ser a necessária para que o Ministério das Finanças/UTAM possa aprovar o PAO 2018 da Águas do Tejo Atlântico.

Note-se que a informação agora apresentada não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras previsionais já apresentadas (o Balanço, Demonstração dos Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa não sofrem qualquer alteração). Trata-se de informação qualitativa adicional que complementa aquela que foi apresentada anteriormente.

## 2. Investimento

### Detalhe por natureza de gasto (quadro global de investimentos)

Investimento	2017	2018	2019	2020
	Execução	Previsão	Previsão	Previsão
Empreitadas	1 411 914,00	13 976 131,00	14 285 956,00	22 029 242,00
Estudos e Projetos	62 105,00	1 279 609,00	882 324,00	424 276,00
Terrenos	31 282,00	900 974,00	472 421,00	448 895,00
Fiscalizações	88 128,00	504 252,00	499 639,00	813 298,00
Assessorias	33 572,00	149 867,00	174 825,00	373 831,00
Outros	1 560 080,00	742 107,00	1 285 231,00	1 035 231,00
<b>TOTAL em euros</b>	<b>3 187 081,00</b>	<b>17 552 940,00</b>	<b>17 600 396,00</b>	<b>25 124 773,00</b>

Figura 1 – Quadro global de investimentos

Na rubrica Outros estão previstos os investimentos associados à capitalização de encargos e às aquisições diretas de equipamento básico associadas às atividades operacionais para substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão.

As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e características dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil dos equipamentos, foram classificadas com investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de FSE's.



## Ano 2017

Para o investimento realizado em 2017 contribuíram, principalmente, as seguintes empreitadas:

- Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Autoestrada A5 e o intercetor (valor adjudicado: 853 291€; execução financeira em 2017: 239 138€);
- Intervenções para correção de deficiências em órgãos da ETAR da Guia – Colocação em serviço da 4ª linha de decantação (valor adjudicado: 768.105€; execução financeira em 2017: 83.034€);
- Beneficiação da Obra de Entrada da ETAR da Guia (valor adjudicado: 445 778€; execução financeira em 2017: 128 955€);
- Conceção/Construção da ETAR de Margem Norte (valor adjudicado: 454 629€; execução financeira em 2017: 39 787€);
- Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria (valor adjudicado: 308 375€; execução financeira em 2017: 233 703€);
- Conceção/Construção da ETAR de Santiago dos Velhos (valor adjudicado: 273 515€; execução financeira em 2017: 9 952€);
- Fornecimento e instalação de equipamentos de medição de caudal para o sistema de medição e telemetria de caudais do Sistema da Costa do Estoril - Lote 2 (valor adjudicado: 223 039€; execução financeira em 2017: 156 871€);
- Conceção / Construção da ETAR da Arrifana (valor adjudicado: 183 325€; execução financeira em 2017: 10 995€);
- Fornecimento de grupos eletrobomba para Estações Elevatórias dos Subsistemas de Alcântara, Beirolas e Mafra (valor adjudicado: 184 267€; execução financeira em 2017: 184 267€);
- Construção do emissário do Zambujal (valor adjudicado: 183 770€; execução financeira em 2017: 183 770€);
- Remodelação de vários Quadros Elétricos na ETAR de S. João da Talha (valor adjudicado: 86 963€; execução financeira em 2017: 86 963€).

Salienta-se também a realização de um conjunto de empreitadas associadas a investimentos de montantes menos significativos, que totalizam em 2017 uma execução financeira adicional de 54 480€.

Foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias, terrenos e fiscalizações associadas no valor global de 215 087€.

Durante o ano de 2017 ficaram concluídas as seguintes empreitadas:

- Beneficiação da EE da Quinta das Drogas;
- Intervenções para correção de deficiências em órgãos da ETAR da Guia – Colocação em serviço da 4ª linha de decantação;
- Beneficiação da Obra de Entrada da ETAR da Guia;
- Fornecimento de grupos eletrobomba para Estações Elevatórias dos Subsistemas de Alcântara, Beirolas e Mafra;
- Construção do emissário do Zambujal;
- Remodelação de vários Quadros Elétricos na ETAR de S. João da Talha.

No contexto de envolvimento e parcerias com os Municípios foram em 2017, preparados acordos para a realização de investimentos previstos no Contrato de Concessão, nomeadamente:

- Alcântara - ligação a Amadora / Benfica-Fase I - Bacia de Antipoluição;

- Alcântara - ligação a Amadora / Benfica-Fase II - Bacia de Antipoluição;
- Emissário Quinta das Pretas - Fase II;
- Emissário Quinta das Pretas - Fase III.

### Ano 2018

O detalhe encontra-se no documento inicial apresentado em 16 de agosto de 2018.

### Ano 2019

Durante o ano de 2019 destaca-se o investimento previsto na execução das seguintes empreitadas (parte destas iniciadas no ano de 2018):

- Conceção/Construção da Remodelação das ETAR de Arruda dos Vinhos, Silveira e Fervença (valor estimado: 1 477 000€; execução financeira em 2019: 464 736€);
- Conceção/Construção Sistema de Saneamento de Paço - III Fase (valor estimado: 544 000€; execução financeira em 2019: 178 949€);
- Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes (valor estimado: 530 000€; execução financeira em 2019: 213 087€);
- Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (valor estimado: 2 250 000€; execução financeira em 2019: 603 077€);
- Reabilitação de câmaras de visita do emissário do Jamor (valor estimado: 303 000€; execução financeira em 2019: 182 732€);
- Reabilitação de caixa de visita do Intercetor (valor estimado: 955 666€; execução financeira em 2019: 157 184€);
- Substituição de equipamento na ETAR – Guia (valor estimado: 422 071€; execução financeira em 2019: 218 178€);
- Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas - Fase I (valor estimado: 640 000€; execução financeira em 2019: 210 529€);
- Remodelação dos intercetores de Camarate, Apelação e Unhos (valor estimado: 3 350 000€; execução financeira em 2019: 670 449€);
- Reabilitação e Automatização da Desodorização da ETAR de Alcântara (valor estimado: 500 000€; execução financeira em 2019: 234 530€);
- Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I (valor estimado: 6 000 000€; execução financeira em 2019: 1 887 893€);
- Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira - Fase II (valor estimado: 1 155 000€; execução financeira em 2019: 417 932€);
- Emissário de Montemor (valor estimado: 797 500€; execução financeira em 2019: 280 556€);
- Beneficiação do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Alcântara - Linha B (valor estimado: 680 000€; execução financeira em 2019: 273 395€);
- Remodelação do sistema de arejamento da ETAR de S. João da Talha (valor estimado: 600 000€; execução financeira em 2019: 361 846€);
- Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Pêrra e Barril (valor estimado: 898 700€; execução financeira em 2019: 295 628 €);
- ETAR Frielas - Afinação (valor estimado: 4 950 000€; execução financeira em 2019: 298 523 €);
- Emissários gravíticos e ETAR do subsistema do Carvalhal (valor estimado: 1 320 000€; execução financeira em 2019: 625 477€);





- Empreitada de Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes (valor estimado: 2 000 000€; execução financeira em 2019: 413 538€);
- Secagem solar de lamas - Fase I (valor estimado: 2 530 000€; execução financeira em 2019: 508 595€);
- Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas (valor estimado: 1 110 000€; execução financeira em 2019: 304 280€);
- Substituição e Benfeitorias nos Flotadores e Espessadores da ETAR de Beirolas, ETAR de Chelas e ETAR de São João da Talha (valor estimado: 500 000€; execução financeira em 2019: 234 530€);
- Substituição e Benfeitorias em Equipamentos na área de Concessão valor estimado: 500 000€; execução financeira em 2019: 157 324€);
- Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - Fase 2 (valor estimado: 2 600 000€; execução financeira em 2019: 1 106 823€);

Salienta-se também a realização de um conjunto de empreitadas associadas a investimentos de montantes menos significativos que totalizam em 2019 uma execução financeira prevista de 3 986 164€. Prevê-se ainda em 2019 a realização de investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias, terrenos e fiscalizações no valor global de 2 029 209€, associados às empreitadas em curso ou a realizar nos anos seguintes.

#### Ano 2020

Durante o ano de 2020 destaca-se o investimento previsto na execução das seguintes empreitadas (parte destas iniciadas em exercícios anteriores):

- Conceção/Construção da Remodelação das ETAR de Arruda dos Vinhos, Silveira e Fervença (valor estimado: 1 477 000€; execução financeira em 2020: 253 772€);
- Reabilitação de caixa de visita do Intercetor (valor estimado: 955 666€; execução financeira em 2020: 549 319€);
- Reabilitação do emissário de Barcarena no troço situado a montante do jardim do Cacém (valor estimado: 840 677€; execução financeira em 2020: 664 431€);
- Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre a travessia do IC19 e o Intercetor (valor estimado: 3 197 387€; execução financeira em 2020: 1 263 532€);
- Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I (valor estimado: 6 000 000€; execução financeira em 2020: 1 855 611€);
- Emissário Quinta das Pretas - Fase III - no âmbito de protocolo com o Município de Loures - (valor estimado: 1 040 000€; execução financeira em 2020: 684 972€);
- Emissário de Montemor (valor estimado: 797 500.000€; execução financeira em 2020: 262 628€);
- Telegestão - Fase II (valor estimado: 1 529 000€; execução financeira em 2020: 630 495€);
- Caneiro de Alcântara fase II - Obra D (valor estimado: 2 783 000€; execução financeira em 2020: 646 927€);
- Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Pêrra e Barril (valor estimado: 898 700€; execução financeira em 2020: 322 859€);
- Beneficiação e ampliação do subsistema de Póvoa da Galega - Fase II (valor estimado: 411 106€; execução financeira em 2020: 216 613€);



- Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restantes intervenções (valor estimado: 6.040.00€; execução financeira em 2020: 2.386.866€);
- Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - restantes intervenções (valor estimado: 3.442.572€; execução financeira em 2020: 1.360.423€);
- Intercetores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro - restantes intervenções (valor estimado: 2.530.000€; execução financeira em 2020: 499.898€);
- ETAR Frielas - Afinação (valor estimado: 4.950.000€; execução financeira em 2020: 1.564.899€);
- Controlo Caudais Pluviais - Beirolas Fase II (valor estimado: 660.000€; execução financeira em 2020: 434.694€);
- Intercetores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários (valor estimado: 360.000€; execução financeira em 2020: 237.106€);
- Adaptação dos intercetores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários-Fase II (valor estimado: 680.000€; execução financeira em 2020: 358.293€);
- Reabilitação de órgãos e equipamentos da ETAR de Beirolas (valor estimado: 992.146€; execução financeira em 2020: 560.104€);
- Caneiro de Alcântara – Amadora - Obra 3 - restantes intervenções (valor estimado: 2.071.969€; execução financeira em 2020: 682.328€);
- Emissários gravíticos e ETAR do subsistema do Carvalhal (valor estimado: 1.320.000€; execução financeira em 2020: 223.557€);
- Emissário do Calhandriz (valor estimado: 1.200.000€; execução financeira em 2020: 395.176€);
- Construção da estação elevatória do efluente final da ETAR de Frielas - Ligação Ribeira da Póvoa (valor estimado: 2.000.000€; execução financeira em 2020: 263.451€);
- Empreitada de Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes (valor estimado: 2.000.000€; execução financeira em 2020: 541.956€);
- Secagem solar de lamas-Fase I (valor estimado: 2.530.000€; execução financeira em 2020: 1.333.062€);

Salienta-se também a realização de um conjunto de empreitadas associadas a investimentos de montantes menos significativos que totalizam em 2020 uma execução financeira prevista de 3.836.270€.

A par com o investimento na execução de empreitadas serão ainda realizados investimentos em estudos/projetos, assessorias, terrenos e fiscalizações associados às empreitadas em curso ou a realizar nos anos seguintes no valor global de 2.060.300€.

### 3. Gastos com pessoal

Pretende-se, nesta adenda ao PAO 2018, satisfazer a recomendação feita pela UTAM no sentido de ser providenciada a análise custo-benefício para sustentar o pedido de recrutamento de 16 trabalhadores.

O quadro seguinte apresenta os gastos estimados, para um ano, com as necessidades de contratação de pessoal inscrita no PAO 2018 da Águas do Tejo Atlântico:





Gastos com pessoal	Tecnico de laboratório	Secretariado de Administração	Técnicos especializados (Operação e Manutenção)	Total
	2	1	13	
Quantidade				
Salário mensal estimado (unitário)	1 450,00	1 000,00	1 300,00	3 750,00
Salário mensal estimado (total)	2 900,00	1 000,00	16 900,00	20 800,00
Salário anual estimado (14 meses)	40 600,00	14 000,00	236 600,00	291 200,00
Taxa social única estimada	9 642,50	3 325,00	56 192,50	69 160,00
Gastos com seguros (acidentes de trabalho, vida, etc.)	3 000,00	1 500,00	19 500,00	24 000,00
Formação	1 250,00	625,00	8 125,00	10 000,00
Fardamento	375,00	187,50	2 437,50	3 000,00
Outros gastos	330,00	165,00	2 145,00	2 640,00
<b>Estimativa total em euros</b>	<b>55 197,50</b>	<b>19 802,50</b>	<b>325 000,00</b>	<b>400 000,00</b>

Figura 2 – Estimativa de gastos com pessoal - necessidades

No quadro seguinte apresenta-se a estimativa de gastos com a prestação dos serviços em regime de trabalho temporário (fornecimentos e serviços externos):

Estimativa total de gastos em FSE	Tecnico de laboratório	Secretariado de Administração	Técnicos especializados (Operação e Manutenção)	Total
Estimativa de gasto em regime de trabalho temporário (limite mínimo)	73 080,00	25 200,00	425 880,00	524 160,00
Estimativa de gasto em regime de trabalho temporário (limite máximo)	81 200,00	28 000,00	473 200,00	582 400,00

Figura 3 – Estimativa de gastos com FSE

No quadro seguinte apresentam-se exemplos de gastos mensais (unitários) praticados hoje na Águas do Tejo Atlântico, para a tipologia de técnicos que se pretende contratar:

Contratos de prestação de serviços atuais na Águas do Tejo Atlântico	Encargo mensal
Apoio de Secretariado (*)	1 718,89
Técnico de Laboratório (*)	1 722,00
Técnicos especializados de operação e manutenção (**)	1 332,99

(\*) Prestação de serviços - "recibo verde"

(\*\*) Prestação de serviços - trabalho temporário

Figura 4 – Exemplos de gastos atuais com FSE

A contratação externa de serviços apresenta-se mais dispendiosa do que a contratação de pessoal, como demonstrado nas tabelas anteriores (Figs. 3 e 4). Todavia, mais do que o custo-benefício quantificável e apresentado nas figuras 2, 3 e 4, existem os benefícios cuja mensuração não se afigura fácil, mas que são evidentes: a qualidade de serviço prestado *insource* é substancialmente melhor do que o *outsourced*, a redução do trabalho extraordinário decorrente da insuficiência de trabalhadores, a diminuição de gastos com manutenção (os nossos trabalhadores têm melhor formação), a diminuição do risco de acidentes de trabalho e com maior destaque as eventuais consequências de impacto ambiental e de risco na segurança nas infra-estruturas.

Tal como referido no PAO 2018, a AdTA tem falta de pessoal. Note-se que de acordo com os indicadores de qualidade de serviço da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) a Águas do Tejo Atlântico deveria ter 483 colaboradores para poder ter uma classificação de "bom", sendo que com o atual número obtém uma classificação de "insatisfatório". Antes do processo de fusão em 2015, as três empresas que estão na génese da Águas do Tejo Atlântico (Simtejo, Sanest Águas do Oeste) tinham no seu conjunto 404 colaboradores e o que se pretende é atingir, nesta fase, os 374 colaboradores.

O PAO 2018 refere os riscos associados à falta de pessoal, salientando o facto de operar em áreas sensíveis (zonas balneares), com riscos elevados com a segurança dos trabalhadores e de impacto ambiental, com inerentes consequências no turismo e na economia. Note-se que as coimas relativas a contraordenações ambientais (Lei 50/2006 de 29 de agosto) podem chegar aos 5 000 000,00 €.



Tejo Atlântico | PAO 2018 | Pág. 10/11

Face ao exposto, as necessidades de contratação agora apresentadas são uma necessidade evidente e urgente, tendo em conta o exposto, quer no PAO 2018, quer na presente adenda e que representam menos gastos para a Águas do Tejo Atlântico.

Lisboa, 27 de setembro de 2018

O Conselho de Administração

*André Luís Faria*  
*Guilherme*  
*[Signature]*  
*Nuno Bruno*  
*[Signature]*